



GOVERNO DE
PORTUGAL



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS POETA JOAQUIM SERRA

Relatório Final de Avaliação de 2012/2013

Gabinete de Avaliação Interna (GAI)

Relatório de Avaliação

Dezembro de 2013



Docentes responsáveis pela estrutura e redação do Relatório Final:

Maria João Pires Mendes (equipa de avaliação)

Maria Madalena Cruz (equipa de avaliação)

Docentes responsáveis pela revisão do documento:

Elisabete Bernardino (equipa de avaliação)

Helena Batista (equipa de avaliação)

Docentes que colaboraram diretamente:

(ver Relatórios em Anexo)

Ana Albuquerque, Fernanda Filipe e Joaquina Martins (Dados estatísticos e sinopses do Gabinete de Inclusão e Cidadania - GIC)

Ana Correia (Relatório do Grupo Disciplinar de Geografia)

Ana Simões; Ana Tavares, Clara Santos; Luís Oliveira; Mário Santos; Patrícia Silva (Relatório do Departamento Curricular de Línguas)

Anabela Bernardo (Relatório do Grupo Disciplinar de Biologia Geologia)

Fátima Figueiredo (Sinopse de dados relativos ao pessoal docente)

Feliciana Vieira (Folha Excel de dados de exames 6.º e 9.º anos)

Ida Sabala (Relatório do Departamento Curricular de Educação Pré- Escolar)

Isabel Colaço (Relatório do Grupo Disciplinar do 2.º Ciclo de Matemática e Ciências Naturais)

Isabel Coutinho (Relatório do Projeto Transversalidades)

José Anselmo (Relatório do Departamento Curricular de Expressões)

José Navarro (Relatório das Bibliotecas Escolares)

Iolanda Rego (Documento do Grupo Disciplinar de Ciências Físico-Químicas)

Lúcia Gaspar e Maria Teresa Mousinho (Relatório do Projeto Alicerces)

Maria de Fátima Vilelas (Relatório do Departamento de Ciências Sociais e Humanas e Relatório do Grupo Disciplinar de História)

Maria João Pires Mendes (Relatório do Grupo Disciplinar de Filosofia)

Maria Madalena Cruz (Relatório do Departamento Curricular de Matemática e Ciências Experimentais)

Margarida Santos (Relatório do Grupo Disciplinar de Matemática)

Maria Teresa Mousinho (Relatório do Departamento Curricular de 1.º Ciclo)

Paula Póvoas (Dados relativos aos Processos disciplinares)

Rui Brotas (Documento do grupo Disciplinar de Informática)

Sandra Bolinhas, Sandra Raposo e Isabel Amaro (Projeto *Recuperar e Melhorar* – Matemática. 3.ºCiclo)

Comunidade educativa

(a contribuição constitui-se como o *referido* deste Relatório e encontra-se divulgado no site do GAI)

Supervisão da Diretora do Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra
Maria Helena Lourenço



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA



A primeira avaliação¹

“No princípio, Deus criou o céu e a terra.

Deus viu tudo quanto tinha feito, e ‘ao contemplar’ a sua obra, disse, ‘*está muito bom*’. A manhã e a tarde eram o sexto dia.

No sétimo dia, Deus descansou de toda a obra realizada. O seu arcanjo veio em seguida, e perguntou-lhe, ‘*Deus, como sabes que o que tu criaste é “muito bom”? Quais são os teus critérios? Em que dados fundamentas os teus juízos? Não estás um pouco próximo da situação para fazer uma avaliação justa e imparcial?*’

Deus pensou sobre estas questões todo o dia, e o Seu descanso ficou muito perturbado. No oitavo dia, Deus disse: ‘*Lúcifer, vai para o inferno!*’

Assim, nasceu a avaliação de um momento de glória...uma herança sob a qual continuamos a funcionar”.

¹ Halcolm’s “*The Real Story of Paradise Lost*” quoted in Patton, M.Q. (1986). Utilization-Focused Evaluation. 2nd ed. Newbury Park, CA: Sage, p.9.

ÍNDICE

Preâmbulo.....	5
Introdução.....	7
1. Caracterização do Contexto.....	8
2. Pressupostos Metodológicos.....	10
3. Avaliação Educacional.....	12
3.1 Natureza, estrutura e importância dos Standards de avaliação.....	12
3.2 Apresentação do modelo lógico do Projeto Educativo de Agrupamento.....	14
3.2.1 Os objetivos estratégicos e os objetivos operacionais do PEA.....	15
3.3 Sucesso Escolar: académico e social.....	16
3.4 Das ações das estruturas de orientação educativa à implementação do PEA.....	21
3.4.1 Quadro Sinóptico Avaliativo.....	24
3.5 Avaliação do Plano de Ação da Gabinete de Avaliação Interna.....	30
3.6 Cronograma das Ações realizadas no âmbito do Gabinete de Avaliação Interna do A.E.P.J.S.....	32
4. Recomendações e Sugestões.....	34
Referências citadas:.....	36
Apêndices.....	37
1. Caracterização do Contexto Escolar.....	38
1.1 População escolar: grau, tipo de ensino e género.....	38
1.2 Caracterização sociocultural da população escolar.....	40
1.3 Recursos Humanos: pessoal docente e não docente.....	43
2. Apresentação e análise dos resultados escolares da avaliação interna e avaliação externa.....	46
2.1. Departamento Curricular da Educação Pré-Escolar.....	46
2.2 Departamento Curricular do 1.º Ciclo.....	47
2.3 Departamento Curricular de Línguas.....	51
2.4 Departamento Curricular de Ciências Sociais e Humanas.....	54
2.5 Departamento Curricular de Matemática e Ciências Experimentais.....	57
2.6 Departamento Curricular de Expressões.....	60
3. Resultados Escolares.....	62
3.1 Resultados Académicos:.....	62
3.1.1 Qualidade do sucesso: taxas de sucesso e abandono/desistência.....	68
3.2 Resultados Sociais.....	72
3.2.1 Participação na vida da escola,.....	72
3.2.2 Solidariedade, prevenção de comportamentos disruptivos e formação.....	77
4. Proposta de Documentos Orientadores.....	80
4.1 Ficha de Ação de Melhoria.....	80
4.2 Estrutura do Relatório Final.....	80
Anexos.....	82

PREÂMBULO

O Relatório Final de 2012/2013 procura avaliar o grau de implementação do Projeto Educativo de Agrupamento (PEA), correspondendo ao primeiro ano de monitorização de um dispositivo educativo: o Projeto Educativo.

Enquanto instrumento da avaliação, o presente documento emerge de um processo avaliativo “*pelo qual se delimitam, obtém e fornecem informações úteis que permitam julgar as decisões possíveis*” (Stufflebeam, 2007), e essa tomada de decisão, como referem António Nóvoa e Albano Estrela, não deve ser pensada a partir de uma ‘*grande avaliação*’, mas sim com base num ‘*conjunto de pequenas avaliações que vão alimentando e reorientando os processos de mudança*’. (1999). Este é o sentido que se pretende adotar com a presente divulgação, o qual não passa por provar o que quer que seja, mas antes se procura contribuir para o *atuar*, a partir da reflexão concertada sobre a informação considerada útil e rigorosa, porque validada pelos intervenientes plurais que permitiram a sua construção, e aprovação.

Reconhecidamente, a autoavaliação da escola como organização educativa parece ter na última década merecido a atenção da investigação e das decisões políticas em Portugal, ainda que, e no que se refere à alteração de práticas e representações presentes na escola, uma cultura de avaliação comece a dar os primeiros passos, como o presente documento procura testemunhar.

Enquanto processo permanentemente inacabado, a avaliação interna da escola, requisita algum saber especializado no campo da avaliação educacional, que as políticas de educação deveriam saber prever nas suas prioridades, promovendo o acesso a uma formação contínua que permita aos docentes um desenvolvimento profissional adequado às exigências colocadas por uma escola em mudança. Para que a escola se assuma como sujeito da sua própria avaliação, seria pois necessário desenvolver um trabalho concertado com os centros de investigação nas Universidades e Institutos, facilitando a construção de parcerias que permitam dar resposta às necessidades, e de acordo com critérios de qualidade pretendidos por todos os envolvidos.

A construção de um diálogo comum em torno da avaliação que facilite a melhoria das práticas educativas e dos resultados académicos e sociais para além de depender, em

casos pontuais, da presença/ausência de motivação, e da presença/ausência de uma atitude assertiva perante as funções requisitadas para o exercício da docência, resulta também da facilidade/dificuldade em acompanhar o processo de regulação e os requisitos implícitos pelas linguagens e representações requisitadas.

A Coordenadora do Gabinete de Avaliação Interna (GAI)

Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra

Docente: Maria João Pires Mendes

INTRODUÇÃO

O relatório de Avaliação Final de 2012/2013 tem como objetivos: ser claro, sucinto, útil, exequível, rigoroso e possuir uma adequação ética e legal, assentando no pressuposto de que a avaliação constitui um domínio essencial do conhecimento que fundamenta juízos acerca de todas as áreas de organização social, onde a Escola adquire um especial relevo, servindo uma variedade de propósitos: *a) apoiar a tomada de decisões; b) servir a prestação pública de contas; c) melhorar práticas e procedimentos; d) compreender problemas de natureza social, contribuindo para a identificação de soluções possíveis; e) compreender as experiências vividas por quem está envolvido numa dada prática social; e f) acreditar e reconhecer programas* (Fernandes, D. 2013).

O presente documento integra quatro pontos: o primeiro procura caracterizar sucintamente o contexto do Agrupamento ao nível da população escolar, recursos humanos e materiais, reportando-se neste ponto o apêndice para uma classificação e apresentação de valores relativos ao âmbito enunciado; o segundo ponto pretende dar conta da metodologia suposta no documento, e que integra o campo conceptual da referencialização, pela identificação dos *referentes, referido e referencial*. Recorre-se igualmente ao modelo lógico como instrumento que permite descrever o dispositivo educativo, o Projeto Educativo, e visualizar as suas componentes, funções e relação entre *inputs*, processos e *outputs*, facilitando a compreensão a todos os elementos a quem o presente documento se destina: pessoal docente e não docente, alunos, pais e enc. de educação, investigadores e avaliadores, órgão de gestão...

O terceiro ponto pretende, a partir dos critérios enunciados, responder aos indicadores que revelam os índices de sucesso escolar atingido neste último ano, quer ao nível académico quer ao nível social, e que encontram no apêndice do presente documento a expressão gráfica produzida pela equipa de avaliação, e as observações suscitadas por uma leitura comparativa dos dados apresentados. Em anexo, encontra-se a fundamentação que grupos disciplinares, departamentos curriculares e estruturas de orientação educativa, apresentam para explicar o verificado, e para legitimar as respostas com vista a uma melhoria das aprendizagens escolares.

O quadro avaliativo das ações desencadeadas pelas estruturas de orientação educativa assente nos pressupostos metodológicos evidenciados anteriormente, a referência à

avaliação do plano de ação de 2012/2013 do gabinete de avaliação, e a proposta de cronograma do GAI relativo às iniciativas a desenvolver futuramente no Agrupamento, encerram o ponto citado. Surge ainda evidenciado como resultado da metodologia preconizada neste relatório, um conjunto de recomendações e sugestões no quarto ponto.

Face à compreensão da dimensão avaliativa como um *continuum*, e atendendo ao pressuposto implícito nas aceções formativa e participativa, importa referir que as reformulações dos planos de ação, e/ou as propostas de melhoria e respetivas avaliações (ver documentos propostos nos *apêndices*), surgem como possibilidades em aberto, que resultam da reflexão continuada das práticas pedagógicas e organizacionais.

Sendo os Apêndices apresentados como uma extensão do presente documento, os mesmos pretendem evidenciar, através dos dados e respetivo tratamento estatístico, e sinopses identificadas, uma fundamentação factual que se pretende que constitua igualmente como objeto de ponderação a levar a cabo pelas diferentes estruturas de orientação educativa, e uma informação disponível aos diferentes elementos da comunidade educativa.

Os Anexos apresentam-se como hiperligações neste documento, e são da responsabilidade das estruturas educativas e/ou coordenadores que os apresentam.

1. CARATERIZAÇÃO DO CONTEXTO

O Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra com sede na freguesia de Afonsoeiro-Montijo, concelho de Montijo, integra um conjunto de 12 estabelecimentos de ensino, oferecendo a Educação Pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário. No ano letivo 2012/2013 a população escolar englobava 2750 crianças e alunos: 319 do Pré-escolar (14 grupos), 2035 do ensino básico (94 turmas) e 396 do ensino secundário (18 turmas). Do total dos alunos do Agrupamento, 84 (4 turmas) frequentaram o curso de educação e formação, 38 (2 turmas) o curso PIEF e 163 (9 turmas) os cursos profissionais.

A população escolar, oriunda da periferia da cidade e de zonas rurais, é predominantemente do género feminino e, no ensino regular, apresentava idades globalmente adequadas aos níveis de ensino/anos de escolaridade. No que se refere à diversidade linguística e cultural, 11,4% dos alunos do ensino básico e 8,3% do ensino secundário eram maioritariamente oriundos dos países do Leste Europeu, Brasil e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Dos alunos que frequentaram o Agrupamento, 4,7% (114 alunos) apresentavam Necessidades Especiais de Educação e 27,4% (667 alunos nos escalões A e B) eram abrangidos pelos auxílios económicos, no âmbito da Ação Social Escolar. Acresce afirmar pelos dados observados que 55,5% dos alunos têm, em casa, acesso a computador e internet, e 17,8% não têm computador e internet.

Os pais e encarregados de educação dos alunos do Agrupamento, identificados neste ano escolar, são maioritariamente trabalhadores qualificados, com uma formação académica ao nível da escolaridade básica e secundária. Saliente-se, no entanto, que um número significativo não especificou o nível de escolaridade nem a profissão exercida.

Em todos os estabelecimentos de ensino existe equipamento classificado ao nível das Tecnologias de Comunicação e Informação. Todas as escolas básicas do 1.º ciclo têm um computador e uma impressora por sala (ainda que algum material careça de atualização). Na Escola EBI do Esteval, para além de uma sala de Informática, todas as restantes possuem computador, existindo 6 projetores para toda a escola. A escola sede do Agrupamento, Escola Secundária c/ 3.º ciclo, Poeta Joaquim Serra, tem um computador e projetor em todas as salas (com exceção dos seminários), possuindo ainda 8 salas de informática, distribuídas pelos vários blocos (1 no bloco A, 1 no B, 4 no D e 2 no E).

O corpo não docente do Agrupamento neste ano foi constituído por 37 funcionários, dos quais 8 são Assistentes Técnicos, 24 Assistentes Operacionais, 1 Chefe dos Serviços Administrativos e 4 Técnicos Superiores. O Agrupamento dispõe, igualmente, de 2 Assistentes Técnicos e 83 Assistentes Operacionais do quadro da Câmara Municipal de Montijo, que prestavam serviço e asseguravam o funcionamento de todas as escolas, com exceção da escola-sede. O corpo docente, no ano em estudo, era constituído por 240 professores, dos quais 139 pertenciam ao quadro do Agrupamento, 26 ao quadro de outros Agrupamentos, 37 ao quadro de zona pedagógica e 38 contratados. Os professores são maioritariamente do género feminino, e os grupos etários mais representativos situam-se entre os 40 e os 50 anos, e os 30 e 40anos. A maioria dos

docentes possuía um tempo de serviço entre os 10 e 19 anos. Do total, 37,5 % lecionava há 20 ou mais anos.

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

O presente documento evidencia um processo de recolha e interpretação de informação, que pretende dar a conhecer o desenrolar e os efeitos de um projeto pedagógico, evidenciando processos que permitam reorientar procedimentos tendo em vista a qualidade da organização que é o agrupamento e a participação dos seus diferentes intervenientes, e da respectiva qualidade de ensino e aprendizagem que se procura.

Perante uma *procura* da avaliação que é simultaneamente institucional, social e pedagógica, importa apresentar uma resposta formativa e colaborativa que pretende ajudar a compreender percursos e soluções conjuntas.

Partindo do pressuposto fundamentado de que não há avaliação sem o recurso, implícito ou explícito a um sistema de referências, a apresentação conceptual das dimensões do *referente*, do *referido*, e do *referencial* procura, respetivamente mostrar a relação entre os objetivos a atingir fixados por atores internos e externos em relação aos quais são avaliados os resultados, o referente (cf. Figari, 1996, p.43); o que se constata e que é objeto de observação, o referido (cf. Figari, 1996, p. 48); e o referencial entendido como o guia para a avaliação e que permite observar desvios entre a realidade (referido) e um enquadramento que se oferece como padrão (referente), (cf. Figari, 1996, p.43).

Assim, o referencial constitui-se como um esquema de inteligibilidade e/ou representação entre outros possíveis, contudo, e atendendo aos referentes internos e externos, a opção que passaremos a apresentar (os *quadros sinópticos* nos pontos 3.3 – 3.3.1, e 3.4 – 3.4.1) pareceu-nos ultrapassar a dimensão estritamente instrumental e/ou cartesiana, porque tal como sublinha Ardoino J. no prefácio do texto de Figari (1996): *a avaliação desde que não se encerre na medida é um trabalho de ordem etnológica que aponta para uma dimensão intersubjetiva, e onde a homogeneização da construção de um referencial é o reconhecimento da heterogeneidade que se torna avaliativa* (cf. Figari, 1996, p.22).

A *referencialização* segundo Figari é uma prática de investigação ou instrumento metodológico que procura compreender uma pequena parte do mundo que nos cerca, seja aplicado para obter uma resposta a indicadores que se referem estritamente ao

sucesso escolar, acadêmico e/ou social, seja aplicado (pontos 3.3 – 3.3.1), e/ou seja aplicado a uma leitura da implementação do dispositivo educativo, como é o caso do Projeto Educativo de Agrupamento, e da sua dimensão sistemática enquanto evidência que possui as suas componentes, interações, funções que se observam nas iniciativas que os seus atores levam a cabo.

Considerou-se que a produção de um plano estruturado que permita identificar critérios e indicadores (o referencial), possibilita a identificação da relação entre a realidade que se revela, e o que é desejado e/ou esperado. Através de critérios múltiplos, e considerados apropriados, procurou-se colocar um conjunto de questões que indicam o que se procura observar numa lógica integradora de processos e resultados, competências e produtos, não tendo existido uma preocupação em formalizar uma distinção na apresentação dos mesmos.

Assim, e tal como surge evidenciado numa reflexão sobre a experiência do Programa Jade (cf. Almeida, C. & Boterf, G. & Nóvoa, A. 1999, p. 127), e a título exemplificativo, um critério de oportunidade e/ou utilidade *visa apreciar em que medida as decisões foram tomadas em tempo útil, obtendo o máximo de efeitos desejados*; os critérios de eficácia *tentam diagnosticar os efeitos das decisões tomadas e em que medida os resultados obtidos correspondem aos objetivos fixados*. Neste contexto, importa referir que o indicador surge como a *concretização de um critério*, colocando-se simultaneamente como *informação privilegiada*, e como uma *categoria representativa* (cf. Figari, G. 1999, p. 146).

Os indicadores surgem como instrumentos de avaliação e/ou elementos metodológicos que, pela sua natureza, são representações propostas e, como tal, discutíveis no plano de uma escolha fundamentada.

O presente documento evidencia ainda uma ferramenta metodológica, o modelo lógico (ver ponto 3.2), o qual procura descrever, de um modo sucinto e visual, as componentes do Projeto Educativo de Agrupamento, no que se refere à missão, recursos, objetivos (gerais e estratégicos), ações, critérios e indicadores, resultados esperados e destinatários... (tendo-se excluído aqui o conceito de sustentabilidade), promovendo uma compreensão do citado projeto com o objetivo de facilitar a implementação e respetiva avaliação. Existem propostas de *modelo lógico*, mais ou menos completas, procedendo-se aqui a uma adaptação da proposta de Frechtling (2010). Neste contexto,

os modelos lógicos devem ser entendidos não como a apresentação de elementos rígidos mas antes como fluxogramas que apresentam uma sequência de passos lógicos na implementação do programa e na obtenção dos resultados desejados.

O Cronograma proposto (ver ponto 3.6) reporta-se ao trabalho a desenvolver pela equipa de avaliação e à sua distribuição no tempo, como remete igualmente para as evidências que resultam do trabalho colaborativo que conta com a participação ativa de todos os intervenientes do Agrupamento nas iniciativas que levam a cabo.

3. AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

3.1 NATUREZA, ESTRUTURA E IMPORTÂNCIA DOS STANDARDS DE AVALIAÇÃO

Nos dias de hoje surge incontornável a referência ao JCSEE (Joint Committee on Standards for Educational Evaluation) quando se pretende falar de avaliação educacional, quer se remeta o enfoque para os profissionais da educação/professores, alunos ou programas/projetos.

Rodrigues (2009, p.116) refere que os *standards* definem os princípios consensualmente aceites em avaliação, que “*se observados, garantem a qualidade da avaliação e a prática profissional adequada, mas eles constituem princípios orientadores e não padrões técnicos específicos, ou regras mecânicas, a empregar automaticamente, seguindo o manual de instruções*”.



Os *standards* de *utilidade* procuram assegurar que se responde às necessidades de informação dos stakeholders/destinatários de modo claro, e em tempo útil, atendendo a um percurso construtivo conducente à recomendação, planificação, implementação, monitorização e avaliação das ações de melhoria destinadas a consolidar e desenvolver os pontos fortes e/ou a eliminar, corrigir e melhorar os pontos fracos.

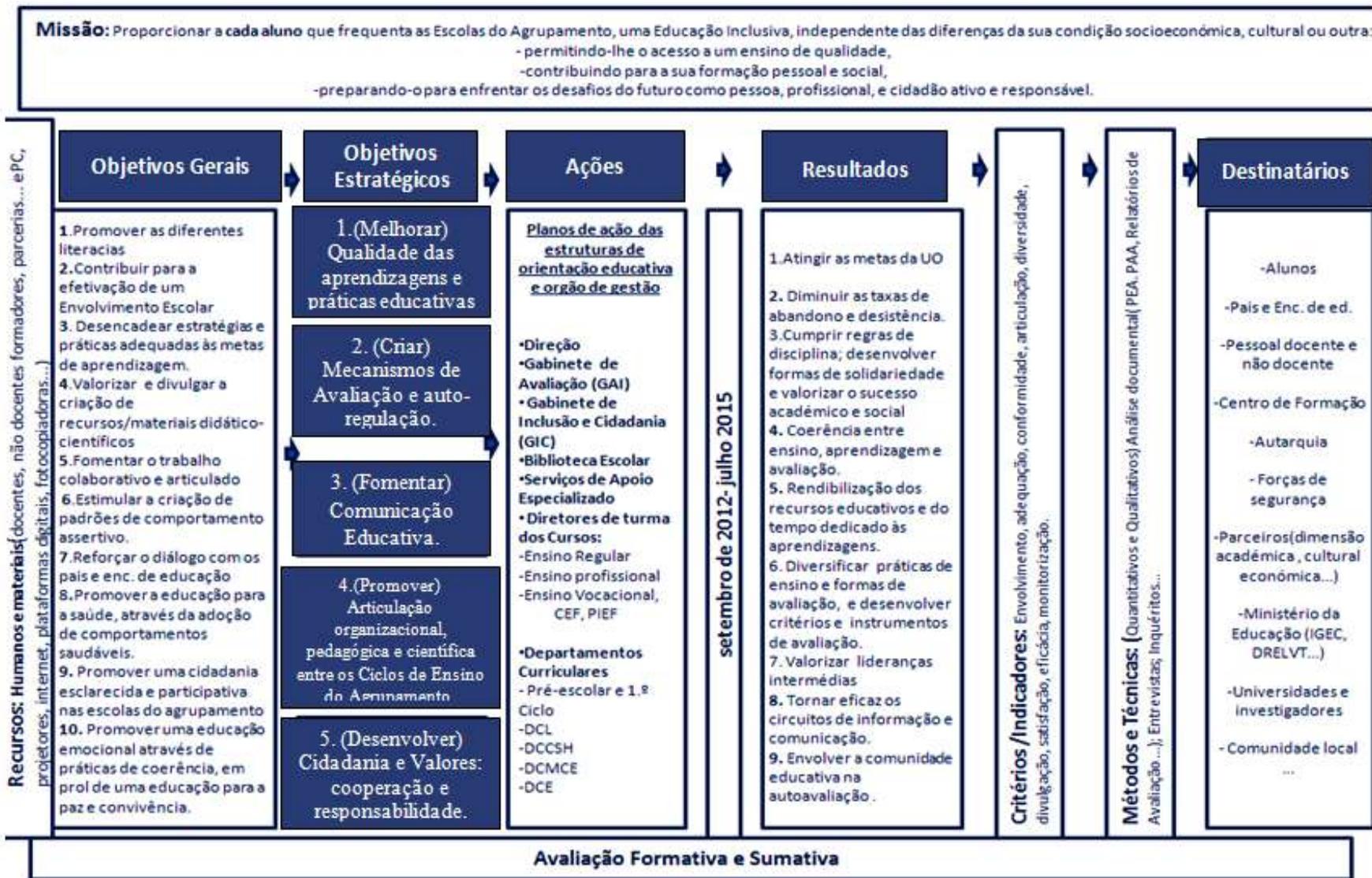
Os *standards* de *exequibilidade* pretendem garantir, através da mobilização dos recursos necessários, que a avaliação tem condições, *políticas e materiais*, para ser implementada como planeado/pretendido.

A *adequação ética* propõe assegurar que a satisfação das necessidades educativas dos envolvidos não é contaminada pelos conflitos de interesses, e assegurar que o avaliador seja isento, independente e imparcial, não beneficiando (nem sendo prejudicado) com qualquer resultado que a avaliação possa produzir.

Os *standards* de *rigor*, ou exatidão, remetem para a produção de uma informação fiável, representativa e abrangente, e que permita dar lugar a interpretações válidas, conclusões fundamentadas e ações de melhoria apropriadas o que possibilita o enquadramento de uma meta-avaliação.

Os *standards* enunciados colocam-se como princípios matriciais que os elementos responsáveis pela elaboração e revisão do presente relatório final de Avaliação de 2012/2013 procuram cumprir e colocam com fundamento principal de todo a atuação. Esta é igualmente a expectativa face ao trabalho desenvolvido por todos os elementos que colaboraram direta e/ou indiretamente para a produção deste documento, e que se colocam como as fontes citadas, e/ou evidências do construído (o *referido*).

3.2 APRESENTAÇÃO DO MODELO LÓGICO DO PROJETO EDUCATIVO DE AGRUPAMENTO



3.2.1 OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OS OBJETIVOS OPERACIONAIS DO PEA

Objetivos Estratégicos	Objetivos Operacionais
<p>1. (Melhorar) Qualidade das aprendizagens e práticas educativas.</p>	<p>1.1 Interpretação vertical e horizontal dos currículos 1.2 Criação de recursos adequados aos contextos/turma. 1.3 Aplicação de estratégias que favoreçam a motivação e o envolvimento dos alunos com vista ao sucesso escolar (adequados ao contexto/turma). 1.4 Desenvolvimento de hábitos de trabalho e estudo (literacia da informação). (e.g. ver <u>4. O que pretendemos?</u> pp.80-81 do PEA).</p>
<p>2. (Criar) Mecanismos de Avaliação e auto-regulação.</p>	<p>2.1 Promover a autoavaliação a partir da percepção da autoeficácia do aluno (e.g. ver <u>4. O que pretendemos?</u> pp.88 do PEA). 2.2 Desenvolver procedimentos adequados que permitam uma avaliação pedagógica e organizacional concordante com o exercício da docência.</p>
<p>3. (Fomentar) Comunicação Educativa.</p>	<p>3.1 Desenvolvimento das TIC: promoção da plataforma Moodle, divulgação da informação... 3.2 Desenvolver uma comunicação educativa (ética e justa) quer com os discentes, quer com os pares, e respetivo trabalho colaborativo.</p>
<p>4. (Promover) Articulação Organizacional, pedagógica e científica entre os Ciclos de Ensino do Agrupamento.</p>	<p>4.1 Estruturar a planificação dos conteúdos, à escolha de instrumentos e modalidades de avaliação, passando pelo cumprimento dos critérios de avaliação de acordo com uma articulação vertical e horizontal do currículo. (Promover uma articulação entre ensino, aprendizagem e avaliação) 4.2 Estabelecer uma articulação entre processos e resultados ao nível das dinâmicas organizacionais e pedagógicas, partindo dos recursos existentes. (e.g. ver <u>4. O que pretendemos?</u>, pp. 92-97 do PEA)</p>
<p>5. (Desenvolver) Cidadania e Valores: cooperação e responsabilidade.</p>	<p>5.1 Promover atividades (em sala de aula e extra sala de aula) concordantes com princípios éticos e uma educação emocional. 5.2 Reconhecer socialmente (valorizar) comportamentos assertivos e exemplares para a comunidade.</p>

3.3 SUCESSO ESCOLAR: ACADÊMICO E SOCIAL

Critérios	Indicadores
Coerência	A1 As taxas de sucesso interno e as taxas de sucesso externo são idênticas? A2 As médias das classificações internas e a das classificações das provas externas são idênticas?
Diversidade	B1 Observa-se a implementação de projetos ao nível das áreas sociocultural e artística/desportiva?
Eficácia	C1- As taxas de sucesso observadas nas diferentes disciplinas e ciclos estão em consonância com as metas definidas para a UO? C2 As taxas de sucesso obtidas para cada um dos anos de escolaridade/tipo de ensino estão em consonância com as observadas a nível nacional? C3 As taxas de abandono estão em consonância com as metas propostas para a UO? C4 As taxas de comportamentos disruptivos apresentam uma discrepância entre Ciclos de ensino?
Qualidade	D1 As taxas de transição/conclusão observadas por ano de escolaridade são superiores às registadas no último ano letivo? D2 As taxas de desistência diminuíram relativamente ao ano anterior? D3 Os comportamentos identificados como disruptivos encontram uma resposta da Organização Escolar ao nível dos diferentes Ciclos e Estabelecimentos de Ensino?

Critérios	Indicadores	Referido (dados recolhidos objeto de avaliação)	Observações	Recomendações/Sugestões
Coerência	A1	Pautas de Exame nacional e Relatórios de Avaliação (ver anexos)	<p>Todas as disciplinas sujeitas a provas/exames nacionais obtiveram taxas de sucesso inferiores às taxas de sucesso internas.</p> <p>A disciplina de Português do ensino secundário obtém os melhores resultados no exame, com a taxa de sucesso: 74,24% na 1.ª fase.</p> <p>História A, Geografia A e MACS obtêm taxas de sucesso positivas (na 1.ª chamada e na 2.ª chamada, com exceção para MACS).</p>	Sugere-se a necessidade de priorizar dois ou três problemas (no máximo), de impacto negativo nos resultados escolares, e o desenho de um plano concertado de melhoria.
	A2		<p><u>Ensino Básico</u></p> <p>Há um diferencial entre as médias das classificações internas e as de exame que varia entre 0 (Português, 3.º ciclo) e 0,6 (Matemática, 2.º ciclo).</p> <p><u>Ensino Secundário</u></p> <p>Na 1.ª fase há um diferencial que varia entre 1,4 (Português) e 6,6 (Física e Química A).</p> <p>Na 2.ª fase esse diferencial varia entre 1 (Geografia) e 5,1 (Física e Química A).</p> <p>As disciplinas de Biologia e Geologia, Matemática A, MACS, Física e Química A e Filosofia são as que apresentam maiores variações entre a classificação interna final e a de exame.</p>	

Diversidade	B1	Projeto Comenius; Projeto Desporto Escolar; Projetos integrados no GIC; Biblioteca Escolar; Projeto <i>Jornal o "Poeta"</i> ...	Observam-se iniciativas concertadas da parte de diferentes estruturas educativas que permitem responder afirmativamente ao indicador (pelo reconhecimento junto da comunidade educativa seria possível incluir no critério da “qualidade” as evidências observadas, sendo esta de inferir afirmativamente face às iniciativas identificadas).	
Eficácia	C1	Sistema MISI e Relatórios de Avaliação (ver anexos)	<u>Ensino básico</u> <ul style="list-style-type: none"> • As taxas de sucesso são, na maioria das disciplinas, superiores às metas propostas para a UO. • As disciplinas de Matemática e Ciências Físico-químicas apresentam, em todos os anos de escolaridade, taxas de sucesso inferiores às metas propostas para a UO. • Há uma tendência para que as taxas de sucesso diminuam no(s) ano(s) terminal (ais) dos ciclos. <u>Ensino secundário</u> <ul style="list-style-type: none"> • As disciplinas de Biologia e Geologia, Matemática e Física e Químicas A apresentam, no 10.º e 11.º anos, taxas de sucesso inferiores às metas propostas para a UO. • Há uma tendência para que as taxas de sucesso diminuam nos anos sujeitos a exame nacional. • O 12.º ano apresenta, na maioria das disciplinas, 100% de sucesso. • O 10.º ano tende, na maioria das disciplinas, a ter taxas de sucesso mais baixas e inferiores às metas propostas 	Sugere-se a necessidade de priorizar dois ou três problemas (no máximo), de impacto negativo nos resultados escolares, e o desenho de um plano concertado de melhoria.

Eficácia	C2	Sistema MISI e	<p>para a UO.</p> <ul style="list-style-type: none"> • As taxas de sucesso na UO são tendencialmente mais baixas que as obtidas a nível nacional. • No ensino básico, as taxas de sucesso na UO, são mais baixas nos anos terminais e no ensino secundário, nos anos de exame nacional (11.º ano). • O 12.º ano apresenta taxas de sucesso elevadas. • O ensino profissional revela taxas mais baixas que as nacionais, embora a taxa de conclusão (3.º ano) seja mais elevada. • Nos cursos CEF e PIEF, as taxas da UO são inferiores às nacionais. 	Sugere-se a necessidade de priorizar dois ou três problemas (no máximo), de impacto negativo nos resultados escolares, e o desenho de um plano concertado de melhoria.
	C3	Relatórios de Avaliação (ver anexos)	<ul style="list-style-type: none"> • Globalmente a UO apresenta taxas de desistência elevadas e superiores às metas propostas. • Apenas contraria esta tendência o 1.º ciclo do ensino básico. • Os cursos PIEF, CEF e Profissional registam valores muito elevados de desistência. 	
	C4	Ver Apêndices	<ul style="list-style-type: none"> • A partir do observado o 3.º ciclo e, nomeadamente, o 7.ºano, apresenta comparativamente um n.º de ocorrências superior aos registados nos restantes ciclos (o GIC tem desenvolvido um conjunto de medidas preventivas de modo a ultrapassar o verificado - ver apêndices: resultados sociais). 	
Qualidade	D1		<ul style="list-style-type: none"> • Globalmente o sucesso diminui no ano letivo 2012/2013. Sofre uma pequena diminuição no 1.º ciclo. • No 2.º ciclo verifica-se uma diminuição mais acentuada. 	

		Sistema MISI	<ul style="list-style-type: none"> • No 3.º ciclo as taxas de sucesso aumentam consideravelmente, com exceção do 9.º ano. • Não ocorreu variação no 12.º ano. • Nos cursos PIEF diminuiu, enquanto no CEF tipo 3 aumenta 	
	D2		<ul style="list-style-type: none"> • Registou-se, globalmente, um aumento nas taxas de abandono na UO 	
	D3	Dados do GIC	<ul style="list-style-type: none"> • Face ao observado pelos dados do GIC, e atendendo à diversidade de iniciativas no âmbito da prevenção e intervenção, poder-se-á concluir favoravelmente da qualidade perante este indicador. 	

3.4 DAS AÇÕES DAS ESTRUTURAS DE ORIENTAÇÃO EDUCATIVA À IMPLEMENTAÇÃO DO
PEA

Identificação dos Referentes, Referido e Referencial

Referentes Internos e externos (representação dos objetivos ou intenções significativas)
Projeto Educativo do AEPJS
Regulamento Interno do AEPJS
Quadro de Referência para a Avaliação Externa das Escolas – IGEC (2013-2014)
Relatório de Avaliação Externa da Escola Secundária Poeta Joaquim Serra - 2009 Relatório de Avaliação Externa do Agrupamento de Escolas Maestro Jorge Peixinho - 2010
Legislação em vigor

Referido (dados recolhidos objeto de avaliação)
1. Sistema de Informação MISI
2. Relatório de Autoavaliação Intermédia do Agrupamento de 2012/2013
3. Pautas dos Exames nacionais de 2012/13 realizados no Agrupamento nos diferentes ciclos de ensino
4. Relatórios de Avaliação Interna e Externa dos Departamentos Curriculares e Grupos Disciplinares 2012/2013
5. Relatório do Plano Anual de Atividades 2012/2013
6. Atas (Conselhos de turma, Departamentos Curriculares, Conselho Pedagógico...)

Referencial (critérios e indicadores)	
Critérios	Indicadores
Adequação	<p>A1 As diferentes estruturas de orientação educativa do Agrupamento responderam às áreas prioritárias do PEA?</p> <p>A2 As diferentes estruturas educativas obedeceram aos requisitos enunciados no PEA: concepção, implementação, avaliação?</p> <p>A3 Os documentos estruturantes do Agrupamento encontram-se em consonância com o PEA?</p> <p>A4 São dadas respostas educativas adequadas às crianças e aos alunos com necessidades educativas especiais?</p>
Articulação	<p>B1 Verificou-se uma articulação vertical e horizontal entre as diferentes estruturas organizacionais?</p> <p>B2 Verificou-se uma articulação vertical e horizontal dos currículos?</p>
Continuidade	C1 Verifica-se a continuidade pedagógica?
Cumprimento	<p>D1 As estruturas de orientação educativa cumprem o estabelecido no seu quadro de competências de acordo com o RI e PEA?</p> <p>D2 Os diferentes ciclos de ensino cumprem os conteúdos programáticos ao nível da sua lecionação?</p>
Diversidade	E1 As diferentes modalidades de avaliação e os instrumentos que a fundamentam são uma prática concertada de ensino, aprendizagem e avaliação?
Envolvimento	<p>F1 Verifica-se uma colaboração dos docentes e não docentes na organização escolar?</p> <p>F2 Verifica-se um envolvimento dos pais e encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos?</p> <p>F3 Os alunos apresentam um comportamento revelador de envolvimento escolar (participação em projetos, comportamento em sala de aula...)?</p>
Eficácia	G1 Os resultados escolares dos alunos são constantes e positivos?

	G2 Verifica-se um processo de mudança no Agrupamento com vista a resultados positivos?
Inovação	H1 As novas tecnologias são integradas nas boas práticas de ensino aprendizagem e/ou dinâmicas colaborativas? H2 A formação docente é identificada na dinâmica organizacional e/ou pedagógica da prática docente?
Liderança	I1 As estruturas de Coordenação intermédia apresentam as designadas <i>hard skills</i> (pensamento estratégico, planeamento, prestação de contas, gestão de projectos...)? I2 As estruturas de Coordenação intermédia apresentam as designadas <i>soft skills</i> (gestão e motivação de equipas, influência positiva, gestão de conflitos...)?
Melhoria	J1 Verifica-se uma ação concertada, com vista à implementação de estratégias de melhoria das aprendizagens dos alunos, a efetuar pelos docentes?
Monitorização	L1 A avaliação das atividades e projetos planificados e implementados é realizada pelas estruturas educativas responsáveis? L2 A avaliação dos alunos é realizada de acordo com os critérios/procedimentos aprovados em Conselho Pedagógico?
Publicação/divulgação	M1 Os relatórios de avaliação realizados pelas diferentes estruturas educativas são dados a conhecer ao Agrupamento (tudo o que é disponibilizado ao Orgão de Gestão)? M2 Os documentos produzidos pelas diferentes estruturas educativas de supervisão pedagógica e gestão são dados a conhecer ao Agrupamento?
Satisfação	N1 Verifica-se um grau de satisfação positivo em relação à dinâmica geral de funcionamento do Agrupamento? N2 Verifica-se um grau de satisfação positivo da parte dos discentes face às atividades propostas/realizadas?
Valorização	O1 São as boas práticas (domínio académico e social) reconhecidas pelo Agrupamento?

3.4.1 QUADRO SINÓPTICO AVALIATIVO

Escala: 1. Não se verifica; 2. Verifica-se em escassos casos; 3. Verifica-se em alguns casos; 4. Verifica-se em muitos casos					
Critérios	Indicadore	Escala	Referido (dados recolhidos objeto de avaliação)	Observações	Recomendações/Sugestões
Adequação	A1	2	2,4,5	As propostas de atividade, genericamente, apresentaram-se de um modo avulso sem evidenciarem uma intencionalidade de resposta e/ou avaliação.	Recomenda-se a necessidade de internalizar quer a monitorização das propostas de atuação, quer a intervenção adequada face a estratégias de melhoria a identificar, e apresentar evidências no âmbito da planificação e avaliação.
	A2	2	2,4	Os requisitos enunciados no PEA de planeamento, implementação e avaliação resultam do enquadramento das funções e competências dos diferentes órgãos enunciadas no Regulamento Interno, e de acordo com o enquadramento legal.	Recomenda-se a necessidade de proceder à realização de um plano de ação, e ao respetivo Relatório Final no âmbito das competências das estruturas educativas, supervisão pedagógica, e gestão.
	A3	4	Documentos orientadores (e.g. Critérios Gerais de Avaliação, Grelhas do PAA...)	Documentação orientadora do funcionamento organizacional e pedagógica aprovada em C. Pedagógico e/ou Conselho Geral.	

	A4	Não observado	6	Embora atas dos conselhos de turma procedam à descrição de processos de diagnóstico e avaliação, não permitem extrair uma conclusão global de resultados.	Recomenda-se a necessidade de proceder à realização de um plano de ação, e ao respetivo Relatório Final no âmbito das competências e funções da Educação Especial.
Articulação	B1	2	2,4,5		Recomenda-se a necessidade de proceder a planos de ação, implementação das propostas/estratégias e respectiva avaliação do impacto.
	B2	2	2,4,5 e (ver anexos Projetos citados)	Salienta-se o Projeto Alicerces (1.º Ciclo), o Projeto Transversalidades (3.º Ciclo) e/ou o Projeto Recuperar e Melhorar (3.º Ciclo - Matemática) como o exemplo de boas práticas ao nível da concepção, implementação e avaliação. As bibliotecas escolares apresentam projetos/quadro avaliativo relativos: ao apoio a atividades de enriquecimento curricular-atividades extracurriculares; procede ao envolvimento dos pais em atividades (e.g. de leitura), bem como realiza diferentes parcerias na área da formação, dimensão curricular, lúdica... com o GIC, Departamentos e grupos disciplinares...).	Recomenda-se a necessidade de proceder a planos de ação, implementação das propostas/estratégias e respectiva avaliação do impacto.
Continuidade	C1	4	1, 6	O concurso de professores e a mobilidade de docentes é uma das variáveis que interfere na não continuidade.	
			4,5	A ausência de planificação, avaliação e/ou	Sugere-se a inversão das evidências.

Cumprimento	D1	3		incumprimento de prazos são alguns dos aspetos a surgir como evidência.	
	D2	4	4,6	Surge evidenciado em atas o cumprimento, e os relatórios de análise da avaliação interna/avaliação externa são omissos na enunciação dessa variável como hipótese explicativa do insucesso.	
Diversidade	E1	3	2,4, 6	A escala resulta da identificação formal das diferentes modalidades de avaliação como prática presente no Agrupamento ao nível da planificação, em <i>alguns casos</i> , sendo omissos face ao impacto em <i>muitos casos</i> .	Sugere-se que os relatórios e os planos de melhoria traduzam os resultados e/ou impacto que as modalidades de avaliação traduzem nos resultados escolares dos alunos, enquanto avaliação para as aprendizagens e avaliação das aprendizagens (avaliação diagnóstica, formativa e sumativa).
Envolvimento	F1	Não observado	2, 4, 5, 6	A colaboração verificada situa-se ao nível de uma dimensão informal, não sendo possível identificar o seu grau e/ou qualidade, ou equidade, como resposta ao indicador.	Sugere-se a formalização do grau de colaboração a identificar/avaliar pelas diferentes estruturas de orientação educativa.
	F2	Não observado	6	A ausência de um Relatório final da Coordenação de direção de turma ao nível dos diferentes ciclos e cursos não permite contactar com evidências conclusivas (as atas apresentam uma informação avulsa não trabalhada)	Recomenda-se que se realizem Planos de Ação e Relatórios Finais no âmbito da coordenação da Direção de turma, ao nível dos diferentes Ciclos e cursos de ensino (bem como a Educação Especial).
	F3	3	Dados do GIC 6	Os grupos disciplinares e/ou departamentos curriculares não incluem, em termos genéricos, a planificação e	

				<p>avaliação de projetos que permita extrair uma conclusão.</p> <p>Contudo, e atendendo aos dados/iniciativas do GIC com os DT é possível identificar quer ao nível dos índices de disciplina/indisciplina e respetivas ocorrências, quer ao nível da participação em iniciativas de solidariedade evidências que permitem fundamentar a escala atribuída</p>	
Eficácia	G1	3	3	Entende-se aqui por resultados escolares os académicos e a prevalência de uma avaliação externa ao nível de todos os ciclos, na relação com a interna.	Sugere-se a necessidade de priorizar dois ou três problemas (no máximo), de impacto negativo nos resultados escolares, e o desenho de um plano concertado de melhoria.
	G2	3	2,3,4,5,6	O nível identificado na escala prende-se com a comparação face ao ponto de partida dos alunos, e em termos genéricos para as diferentes escolas agrupadas e níveis de ensino, e as iniciativas/projectos levados a cabo.	
Inovação	H1	3	2,4,6	Embora surjam evidências, não é muito claro o seu impacto nos resultados/aprendizagens.	Sugere-se a identificação desse impacto.
	H2	2	2,4,5,6	São raros os casos em que se verifica uma “identificação”, embora se possa supor que exista uma repercussão na prática docente que não é “identificada” formalmente.	Sugere-se a inclusão da formação (formandos e formadores) no plano de ação. As dificuldades de calendarização/previsão antecipada não impossibilitam reformulações do plano (o qual não deve ser entendido como

					um documento fechado).
Liderança	I1		2,4,5,6	Há evidências <i>informais</i> que tendencialmente situam os elementos ou em I1 com exclusão de I2, e vice-versa. Embora também se registre informalmente a ausência de ambas.	Sugere-se a realização de inquéritos por questionário, e entrevistas semiestruturadas (a realizar/aplicar pela equipa de avaliação), de modo a identificar representações, constrangimentos/dificuldades, e simultaneamente encontrar estratégias conjuntas de resposta a uma eficácia e eficiência no exercício das funções.
	I2	Não observado	2,4,5,6		
Melhoria	J1	2	2,4,5,6	Começa a verificar-se uma tendência ao nível de alguns procedimentos/práticas, mas genericamente aquém das metas do agrupamento no que se refere aos resultados escolares (académicos).	Sugere-se uma ação concertada dos grupos disciplinares e departamentos na planificação e implementação de estratégias de melhoria.
Monitorização	L1	3	2,4	Não se identificam genericamente nos diferentes ciclos, e níveis de ensino, uma homogeneidade de procedimentos, verificando-se ao nível dos relatórios observados que há práticas colaborativas mais eficazes (e.g. os Departamentos do ensino pré-escolar e do 1.º Ciclo).	Sugere-se que as boas práticas possam servir de exemplo, num processo de observação/imitação.
	L2	4	2,4,6	De acordo com o que é observado, e formalmente se coloca como evidência.	
Publicação/ Divulgação	M1	4	2,4,5,6	No site do GAI encontra-se a documentação referida.	
	M2	4	2,4,5,6	Considera-se a documentação produzida e/ou que surge como fonte (referido) ao	Recomenda-se que a análise de documentos implique um prazo razoável de entrega prévia

				Gabinete de Avaliação Interna (ou seja tudo o que é entregue pelas diferentes estruturas do Agrupamento à Direção)	dos mesmos, de modo a fundamentar as opções a apresentar.
Satisfação	N1	3	2	Não foi no corrente ano aplicado o questionário de identificação do grau de satisfação à comunidade educativa, contudo a comunidade foi auscultada através dos seus representantes, tal como consta dos pareceres no citado Relatório.	Sugere-se a realização de inquéritos por questionário a aplicar pela equipa de avaliação.
	N2	3	2,5,6	Pontualmente citado em atas de Conselho de turma referentes às atividades propostas pelos professores (aplicação de questionário), e/ou de grupos disciplinares; e avaliação do PAA, embora não exista um levantamento concertado de informação.	Sugere-se que a Coordenação dos Grupos disciplinares e Departamentos Curriculares assumam esse levantamento.
Valorização	O1	4	6 Página do Agrupamento	O reconhecimento do mérito académico e social é realizado pelo levantamento de informação nos Conselhos de turma, sendo uma evidência que fundamenta o valor atribuído na escala. As iniciativas/projectos realizados pelos docentes (presentes em sites de divulgação do Agrupamento, no Jornal “o Poeta”...) permite responder igualmente ao indicador.	Sugere-se que se proceda a uma maior divulgação/visibilidade das iniciativas realizadas.

3.5 AVALIAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA GABINETE DE AVALIAÇÃO INTERNA

Pontos Fortes

- Apresentação de propostas para a construção dos Critérios Gerais de Avaliação (Rubricas) e Critérios Específicos de Avaliação de acordo c/ o PEA. (as quais foram aprovadas pelo Conselho Pedagógico). Importa acrescentar a inexistência de casos polémicos/reclamações suscitados pelos critérios, ao nível da avaliação sumativa interna.
- Apresentação de propostas para a reformulação dos documentos do Plano Anual de Atividades de acordo c/ o PEA, e respetiva avaliação (as quais foram aprovadas pelo conselho pedagógico).
- Realização de um modelo de questionário a aplicar pelos docentes, no âmbito da avaliação do grau de satisfação dos alunos face às atividades do PAA, caso o entendam.
- Criação do Site do Gabinete de Avaliação interna (GAI) do AEPJS, que permite a divulgação de documentos orientadores, relatórios, reflexões... sobre a avaliação educacional (link na página do Agrupamento).
- Realização do Relatório de Autoavaliação Intermédia e Avaliação Final.
- Nível de colaboração com o Orgão de Gestão, e com as estruturas educativas disponíveis.
- Início de uma mudança de representações face à Avaliação Educacional em geral, e em particular à autoavaliação de escola.

Pontos Fracos

- A equipa de avaliação, constituída no início do ano letivo de 2012/2013, por nomeação da coordenadora pela direção, que deu lugar à formação do seu quórum (pessoal docente, não docente, aluno e encarregado de educação). Por incompatibilidades diversas a equipa veio efetivamente a integrar três elementos do pessoal docente, um elemento do pessoal não docente, um encarregado de educação, e um aluno, não tendo sido possível ter o acompanhamento de um “amigo crítico”.
- A inexistência de um crédito horário consentâneo com o trabalho a realizar pela equipa.
- Por solicitação da diretora, e por razões fundamentadas, não se realizou e

aplicou o questionário que pretendia identificar a representação que os Grupos disciplinares, e os diferentes Ciclos de ensino possuem de “aluno com sucesso escolar”.

- Impossibilidade de realizar uma diagnose junto dos pais e encarregados de educação e pessoal não docente, através da aplicação de questionários, de modo a aferir o grau de satisfação, por plena falta de tempo dos três elementos da equipa.
- Sentimento de alguma incompreensão face ao trabalho da equipa de avaliação, o que coloca em causa um dos objetivos gerais fundantes do PEA, a saber, “*Ter o direito de esperar de cada elemento da comunidade uma ação responsável, empenhada, rigorosa, profissional, colaborativa e de total respeito pelas diretrizes*” PEA, *Introdução*, p.20.

Estratégias de Melhoria

- De modo a agilizar o trabalho a realizar quer ao nível da planificação, quer no tratamento de dados do PAA de atividades (e de acordo com os objetivos estratégicos do PEA e a sua avaliação), será proposto um ligeiro reagrupamento dos itens do documento a preencher aquando da planificação tendo este a designação de *Plano de Ação*.
 - Ainda no âmbito do Plano de Ação, será apresentado no 1.º período uma proposta de critérios e indicadores para avaliação do Relatório Final do PAA de 2013/2014.
 - Será igualmente proposto, e no âmbito da metodologia de referencialização, um novo modo de reagrupar os critérios e respetivos indicadores de avaliação a integrar o Relatório Final de 2013/2014.
 - Será proposto a realização de um inquérito por questionário, e entrevistas semiestruturadas aos coordenadores de Departamento Curricular e Grupos Disciplinares, de modo a aceder e/ou compreender as representações sobre o exercício das lideranças intermédias e dinâmicas de trabalho e cooperação.
-

3.6 CRONOGRAMA DAS AÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DO GABINETE DE AVALIAÇÃO INTERNA DO A.E.P.J.S.

	2011/2012*											2012/2013											2013/2014											2014/2015																														
	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J																				
Reuniões de Coordenação																																																																
Propostas para a reformulação dos documentos orientadores																																																																
Criação e atualização do: http://gai.espjs.edu.pt/																																																																
Recolha de resultados e tratamento estatístico																																																																
Recolha de Evidências: Relatórios das estruturas de orien. Educativa																																																																
Colaboração na realização dos planos de melhoria																																																																
Proposta de referencialização: Critérios e indicadores																																																																
Realização e aplicação de inquéritos																																																																
Elaboração de Relatórios																																																																
Workshops/ Formação/ Seminários																																																																

Legenda:

* o ano de 2011/2012 corresponde ao ano de realização do Projeto Educativo. A equipa de trabalho reuniu todas as semanas e as suas atividades comportaram: pesquisa bibliográfica (domínios pedagógico, organizacional e metodológico); aplicação de inquéritos (questionários e entrevistas); análise estatística; produção de imagens; produção e estruturação de textos...

Os relatórios finais de autoavaliação realizados pelas diferentes estruturas de orientação educativa deverão ser realizados em 2013/2014 e 2014/2015 nos meses de junho/julho (a concertar entre os intervenientes).
--

4. RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES

Atendendo aos documentos orientadores, e nomeadamente o afirmado pelo conjunto de competências, de direitos e deveres, que o exercício das funções de coordenação das estruturas de orientação educativa e supervisão pedagógica pressupõem, salienta-se a necessidade de planificar, desenvolver os procedimentos adequados à implementação do planificado, e avaliar os resultados, do ponto de vista da concretização dos objetivos estratégicos do PEA, e das necessidades decorrentes das dinâmicas pedagógicas e organizacionais.

A estratégia movente da concretização do PEA, presente no ponto cinco do citado documento Como vamos atuar?, refere os passos/fases inerentes à dimensão processual e contínua da autoavaliação, e supostos no plano de ação a desenhar pelo professor na sua prática, e ao coordenador na supervisão da sua função.

Na página 108 do Projeto Educativo do Agrupamento (PEA) é referido (e ainda que seja enfatizado em todo o PEA, quer na descrição minuciosa, quer através de quadros sinópticos), a linha de atuação que todos os órgãos e estruturas educativas devem pressupor: diagnose (identificação da situação/problema); estratégias de superação (como), intervenção (de que modo e quando) e avaliação (que permitirão, através da análise dos pontos fortes e fracos, estabelecer orientações conducentes a estratégias de superação com enfoque preciso e direcionado para a ação, num processo contínuo da melhoria pretendida).

Porque estamos todos a aprender num desafio que não possui a opção *desistir*, importa atender ao afirmado por Projetos reconhecidos, e que contaram igualmente com a participação de investigadores e dados recolhidos em escolas portuguesas, como é o caso do *Projeto ESSE* (Effective School Self-Evaluation), sendo afirmado no Relatório a ênfase a colocar nos recursos (inputs), nos processos e nos resultados (outcomes), nomeadamente: “*se a escola avalia e melhora a sua gestão de recursos e os seus processos chave de um modo eficaz, então tal refletir-se-á em melhores níveis de desempenho com a respetiva melhoria da tendência nos resultados da escola*”). In *Relatório Projeto ESSE* (Effective School Self-Evaluation), p. 17.

Sugestões:

- Pressuposto: O elencar de pontos fracos embora possam ter interesse do ponto de vista do enquadramento do problema do insucesso escolar, manifesta-se de reduzido, ou nulo impacto, na medida em que não permite uma intervenção direta nas práticas educativas, quando remete para generalidades intuitivas e/ou esboça redundâncias socio-económicas.

Sugere-se que os pontos fracos visem o enfoque nas dimensões organizacionais e pedagógicas essenciais, o que permitirá desencadear estratégias de melhoria consentâneas a uma real implementação.

- Pressuposto: a inexistência de uma monitorização e/ou as lacunas evidenciadas supõe uma ausência de planificação, e/ou dificuldades na sua formalização, nomeadamente ao nível do diagnóstico do existente/problema e da resposta a implementar.

Sugere-se que no 2.º período se reestruem os planos de ação que apresentem as lacunas identificadas, e/ou sejam realizados, no caso da sua inexistência, com vista à implementação de medidas adequadas, e respectiva avaliação no final do ano letivo em relatório a entregar à Direção (ver documentos orientadores: Ficha de Ação de Melhoria).

Notas Conclusivas:

- Não foi observado o plano estratégico de gestão executiva e financeira, embora se encontre disponível para consulta.

REFERÊNCIAS CITADAS:

Almeida, Boterf & Nóvoa (1999). A avaliação participativa no decurso dos projetos: reflexões a partir de uma experiência de terreno (programa JADE). In Estrela. A. & Nóvoa, A. (Org.) *Avaliações em educação. Novas perspectivas* (pp. 115-137). Porto: Porto Editora.

Estrela, A. & Nóvoa A. org. (1999). *Avaliações em educação: novas perspectivas*. Porto Editora.

Fernandes, D. (2013). Avaliação em educação: Uma discussão de algumas questões críticas e desafios a enfrentar nos próximos anos. *Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 21(78). Disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8998/1/aop_0113.pdf (acedido em 15/12/13).

Figari, G. (1996). *Avaliar, que referencial?* Porto: Porto Editora.

Figari, G. (1999). Para uma referencialização das práticas de avaliação dos estabelecimentos de ensino. In Estrela. A. & Nóvoa, A. (Org.) *Avaliações em educação. Novas perspectivas* (pp. 139-154). Porto: Porto Editora.

Frechtling, J. (2010). *The 2010 user-friendly handbook for projet evaluation*. NSF.

Patton, M.Q. (1986). *Utilization-Focused Evaluation*. 2nd ed. Newbury Park, CA: Sage

Relatório: *Projeto ESSE* (Effective School Self-Evaluation). Disponível em http://www.edubcn.cat/rcs_gene/extra/05_pla_de_formacio/direccions/primaria/bloc1/1_avaluacio/plugin-essereport.pdf (acedido em 17/12/13)

Rodrigues, P. (2009). Recensão das obras do Joint Committee on Standards for Educational Evaluation (1994, 2003, 2009). The program evaluation standards; The student evaluation standards & The personnel evaluation standards. *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, 9, 115-118. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=23&p=115>

Stufflebeam, D.L. & Shinkfield A.J. (2007). *Evaluation theory, models, & applications*, San Francisco, CA: Jossey-Bass.

Sites consultados:

CAF (estrutura comum de avaliação) in <http://www.caf.dgaep.gov.pt/index.cfm?OBJID=d2fe38b7-9356-4147-b151-246fcfae17ca>.
EUROPEAID, Metodologias de Avaliação in http://ec.europa.eu/europeaid/evaluation/methodology/index_pt.htm

Apêndices

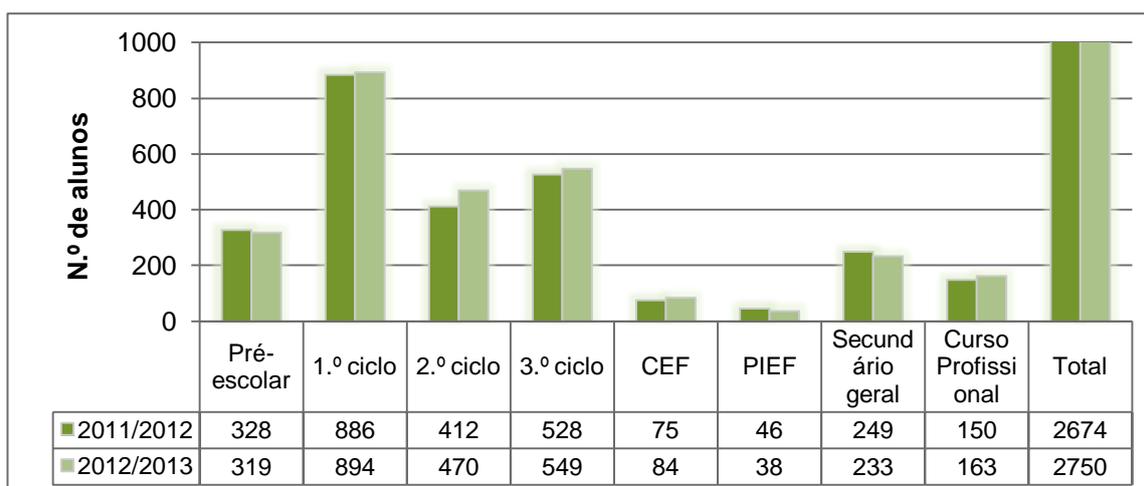
1. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO ESCOLAR

Neste ponto pretende-se enquadrar o Agrupamento de Escolas, caracterizando-o quanto à evolução de alguns aspetos contextuais, referentes a alunos, docentes e funcionários. Os dados apresentados referem-se ao ano letivo 2012/2013 (ano de implementação do Projeto Educativo), tomando como referência os dados do ano letivo anterior, 2011/2012 (ano de elaboração do Projeto Educativo). Os dados foram obtidos da plataforma MISI, corrigidos pela Direção do Agrupamento e não incluem os alunos em situação de transferidos.

1.1 POPULAÇÃO ESCOLAR: GRAU, TIPO DE ENSINO E GÉNERO

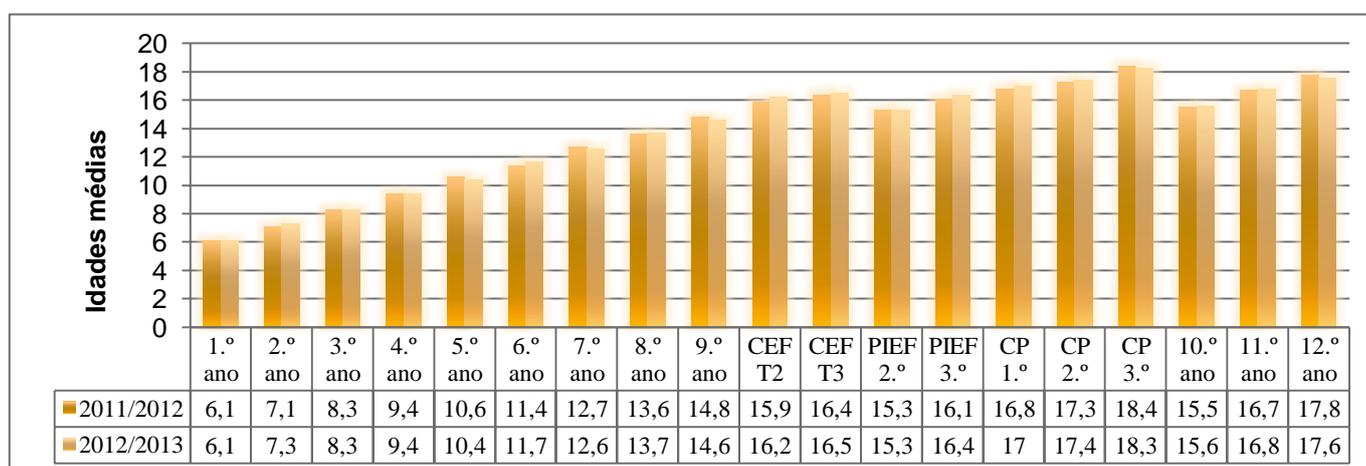
O gráfico 1 representa a evolução da população escolar por grau e tipo de ensino. A sua análise revela não existir uma alteração relevante no que se refere ao número de alunos e de turmas. O ano letivo 2012/2013 registou um aumento de 76 alunos e uma diminuição de 2 turmas, relativamente ao anterior. Frequentaram o agrupamento, em 2012/2013, 319 crianças na educação pré-escolar (14 grupos), 894 no 1.º ciclo (44 turmas), 488 no 2.º ciclo (21 turmas, que incluem 20 do ensino regular e uma PIEF), 653 no 3.º ciclo (29 turmas, que incluem 4 turmas CEF e 1 PIEF) e 396 no ensino secundário (18 turmas, 9 de Cursos Profissionais e 9 do ensino regular) O aumento da população escolar ocorreu, sobretudo, nos 1.º, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico. Verifica-se uma diminuição no pré-escolar que, de acordo com os dados fornecidos pela Direção, não é real, pois deve-se exclusivamente à existência de grupos turma reduzidos, devido a alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), tendo havido uma lista de espera de várias dezenas de alunos, que não entraram por falta de vaga. No ensino secundário, a diminuição do número de alunos no ensino regular é compensada pelo seu aumento nos cursos profissionais. O n.º de alunos a frequentar o curso PIEF diminuiu no ano 2012/2013, registando-se, no entanto, um aumento do número de alunos a frequentar os cursos CEF.

Gráfico 1 – Evolução da população escolar: n.º de alunos e tipo de ensino



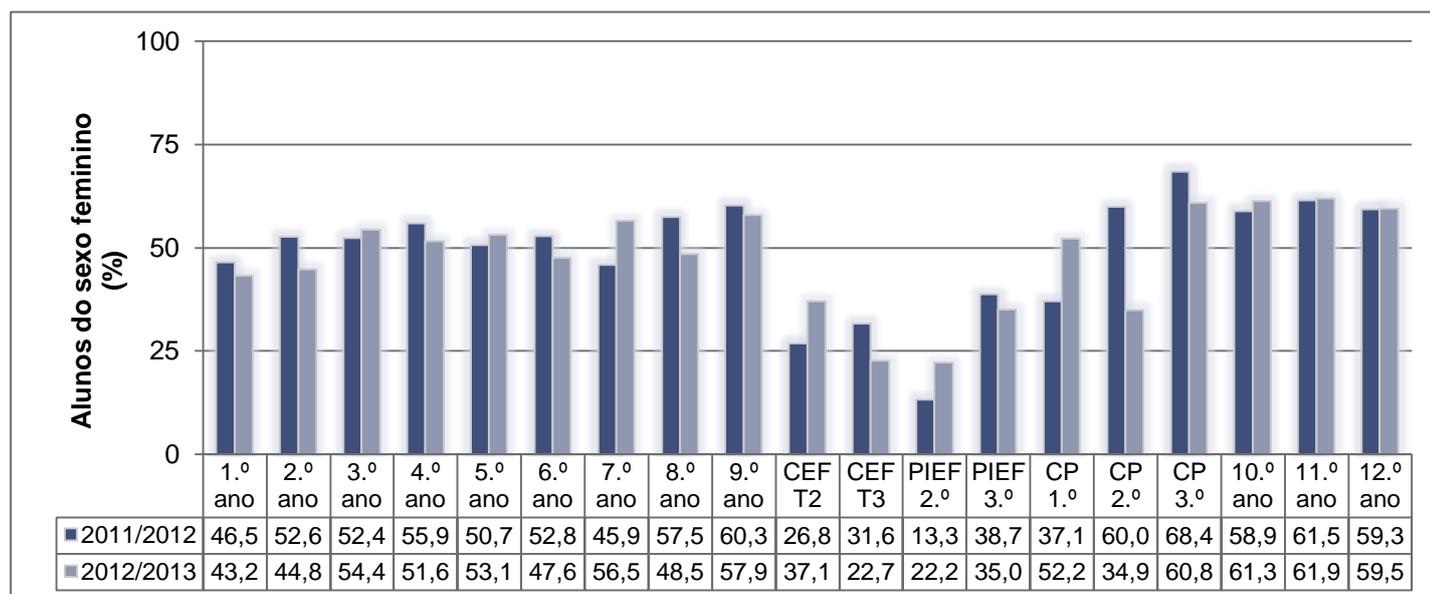
No que se refere à idade, os alunos, no ano letivo 2012/2013 têm, comparativamente com 2011/2012, em cada um dos anos de escolaridade, idades idênticas como se pode constatar no gráfico 2. No ensino secundário também se constata que os alunos que frequentam os cursos profissionais são em cada um dos anos, mais velhos que os do ensino regular.

Gráfico 2 – Idade média dos alunos por ano e tipo de ensino



A população escolar é, predominantemente, do género feminino nos dois anos em análise. Os cursos CEF e PIEF são os que apresentam menor número de raparigas (respetivamente, 37,1%, 22,7%, 22,2% e 35%). A análise do gráfico 3 permite verificar que o ensino secundário é, predominantemente frequentado por raparigas.

Gráfico 3 – Caracterização da população escolar, segundo o género



1.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DA POPULAÇÃO ESCOLAR

Relativamente à diversidade linguística e cultural dos alunos verifica-se um aumento da população estrangeira de 2011/2012 para 2012/2013. A exceção mais visível está nos alunos dos países de leste que diminuíram, sobretudo no ensino básico. Os países da Europa de Leste e o Brasil, seguidos dos de África, são os países de origem do maior número de alunos estrangeiros. A maioria dos alunos tem nacionalidade portuguesa (aproximadamente 92% em cada um dos anos considerados).

Quadro 1 – Naturalidade dos alunos do AEPJS

	2011/2012			2012/2013		
	Ens. Bás.	Ens. Sec	Total	Ens. Bás.	Ens. Sec.	Total
Europa Central	18	6	24	24	5	29
Europa de Leste	74	13	87	67	15	82
Ásia	4	0	4	4	1	5
África	19	13	32	19	13	32
América do Sul	39	8	47	43	11	54
Total Estrangeiros	154	40	194	157	45	202
Portugal	1793	359	2152	1878	351	2229
Total	1947	399	2346	2035	396	2431
% alunos estrangeiros	7,9	10,0	8,3	7,7	11,4	8,3

O Quadro 2 caracteriza a população escolar em termos de Necessidades Educativas Especiais (NEE). Verificou-se um aumento significativo destes alunos, no último ano letivo. O 1.º e 3.º ciclo são os níveis de ensino onde se verifica a maior subida. Também o Pré-Escolar integrou 7 crianças com NEE.

Quadro 2 – Alunos com Necessidades Especiais de Educação

Tipo de ensino	2011/2012		2012/2013	
	N.º	%	N.º	%
Pré-Escolar	0	0	7	6,1
1.º ciclo	35	44,3	42	36,8
2.º ciclo	22	27,8	29	25,4
3.º ciclo	17	21,5	29	25,4
Ens. Sec.	5	6,3	7	6,1
Total	79	100,0	114	100,0

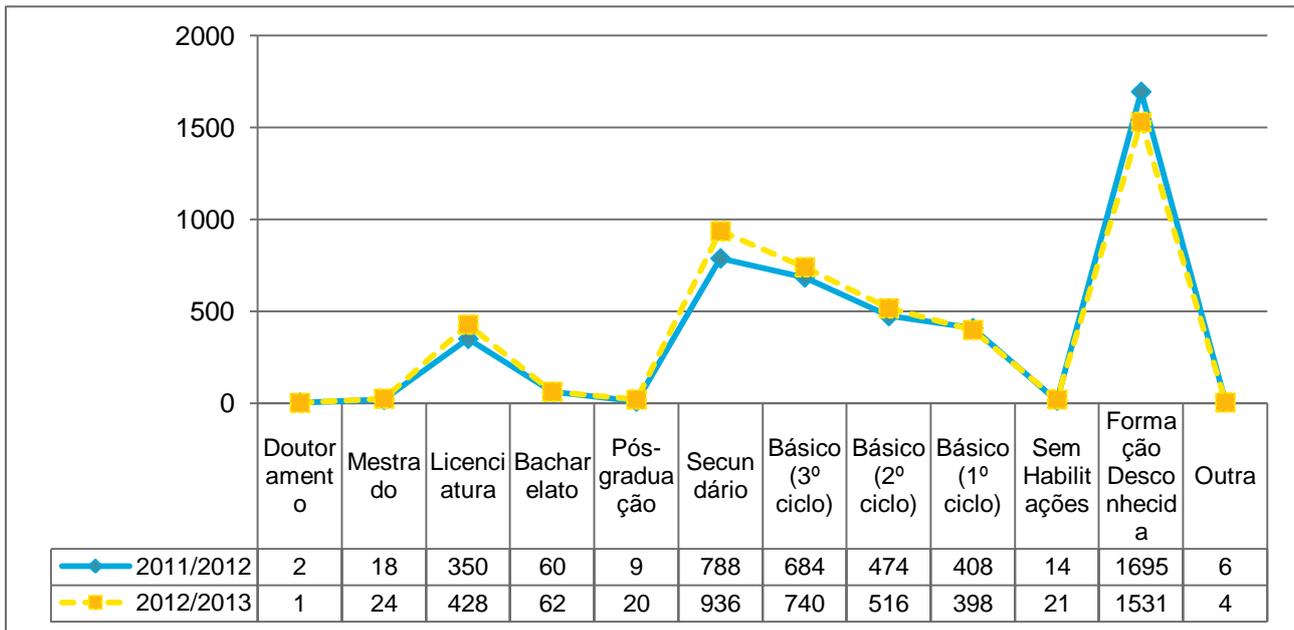
Os Pais e Encarregados de Educação dos alunos do Agrupamento são, quanto à profissão, essencialmente trabalhadores qualificados ou encontram-se noutra situação não referida.

Quadro 3 – Profissão dos Pais e Encarregados de Educação

	2011/2012	2012/2013
Forças Armadas	19	23
Quadros Superiores da Administração Pública	19	20
Quadros Dirigentes	49	45
Quadros Superiores	285	337
Quadros Intermédios	176	196
Trabalhadores Qualificados	1160	1253
Trabalhadores não Qualificados	191	201
Outra	1778	1744

Analisadas as habilitações académicas (gráfico 4), constata-se que a maioria possui como habilitação, o ensino básico e o secundário. No entanto, um elevado número de alunos desconhece as habilitações dos pais. No ano letivo 2012/2013 houve um aumento do nível de escolarização dos pais.

Gráfico 4 – Habilitações dos pais



Na análise do contexto sociocultural considerou-se, ainda, o acesso ao computador e internet, em casa. Os resultados estão expressos nos gráficos n.º 5 e 6, respetivamente do ensino básico e do secundário. O padrão é idêntico nos dois níveis de ensino, com variações mínimas nos dois anos letivos em análise.

Gráfico n.º 5 – Computador e internet por aluno – Ensino Básico

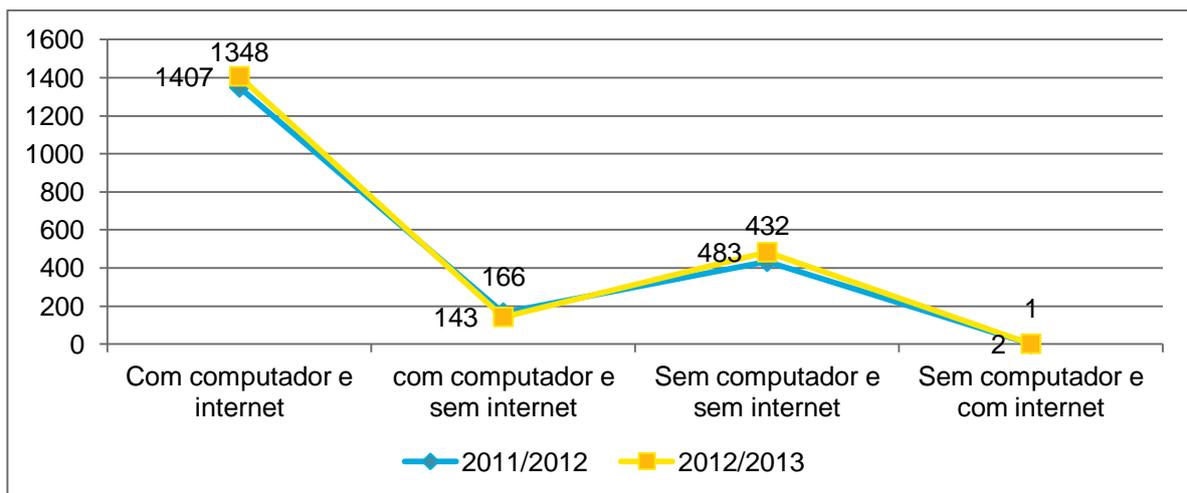
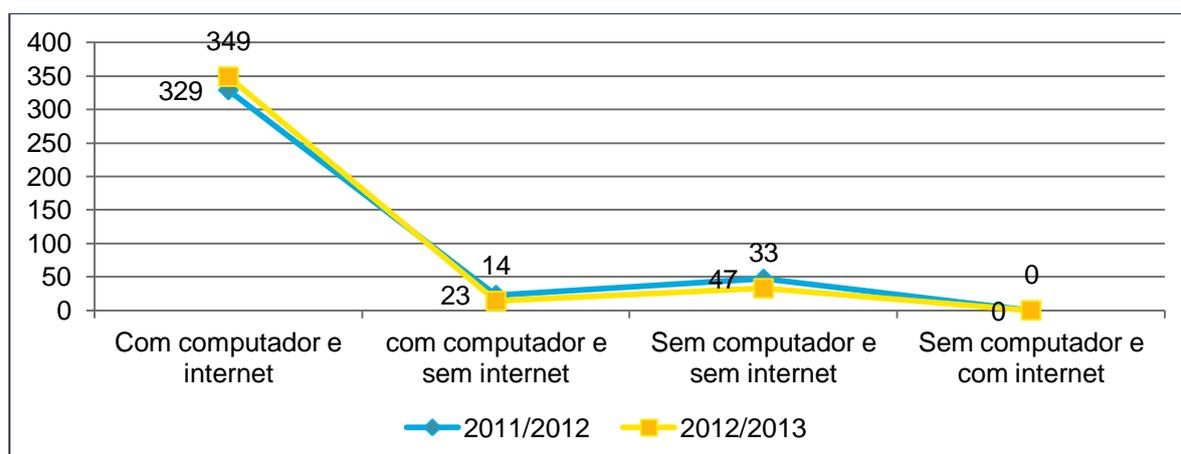


Gráfico n.º 6 – Computador e internet por aluno – Ensino Secundário



Finalmente, considerou-se o nível de carência da população escolar com recurso aos apoios escolares, cujos dados estão apresentados no Quadro 4. Um número significativo de alunos beneficia da Ação Social Escolar. Em 2012/2013 cerca de 24,3% dos alunos do Agrupamento beneficiaram do apoio da Ação Social Escolar (ASE), contra os 33,1% do ano anterior.

Quadro 4 – Alunos por escalão de Ação Social Escolar

	Beneficiários ASE			Escalões Abono de Família			
	A	B	Total	1	2	3	Total
2011/2012	524	361	885	564	414	27	1005
2012/2013	417	250	667	416	251	6	673

1.3 RECURSOS HUMANOS: PESSOAL DOCENTE E NÃO DOCENTE

Em 2013, o funcionamento do Agrupamento era assegurado por 362 funcionários, dos quais 240 eram docentes (139 do quadro de agrupamento, 26 do quadro de outros agrupamentos, 37 do quadro de zona pedagógica e 38 contratados) e 122 não docentes (10 assistentes técnicos, 107 assistentes operacionais, 1 chefe dos serviços administrativos e 4 técnicos superiores). No pessoal não docente estão incluídos os funcionários que, embora pertençam ao quadro da Câmara Municipal de Montijo, asseguram o funcionamento de todas as escolas do Agrupamento com exceção da escola sede.

Os gráficos 7 e 8 comparam a situação de 2011 e 2012. Tomando como base de comparação o ano letivo 2011/2012, verifica-se uma diminuição no número de docentes (30 docentes), sobretudo ao nível dos contratados.

Gráfico 7 – Número de docentes por categoria

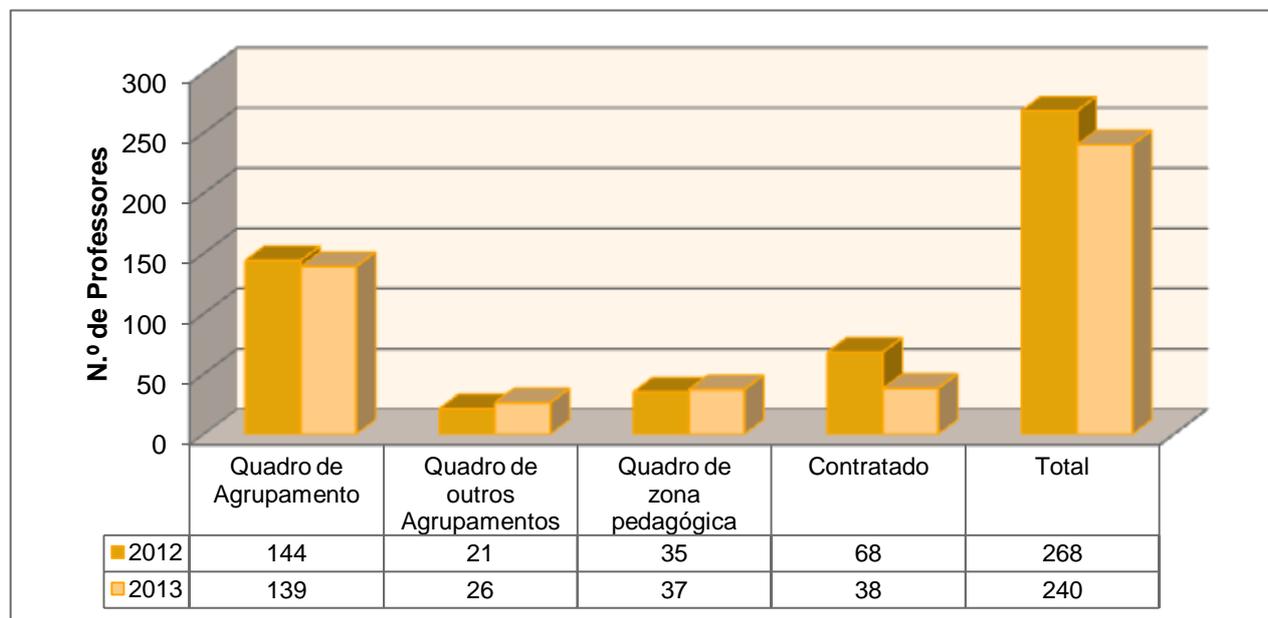
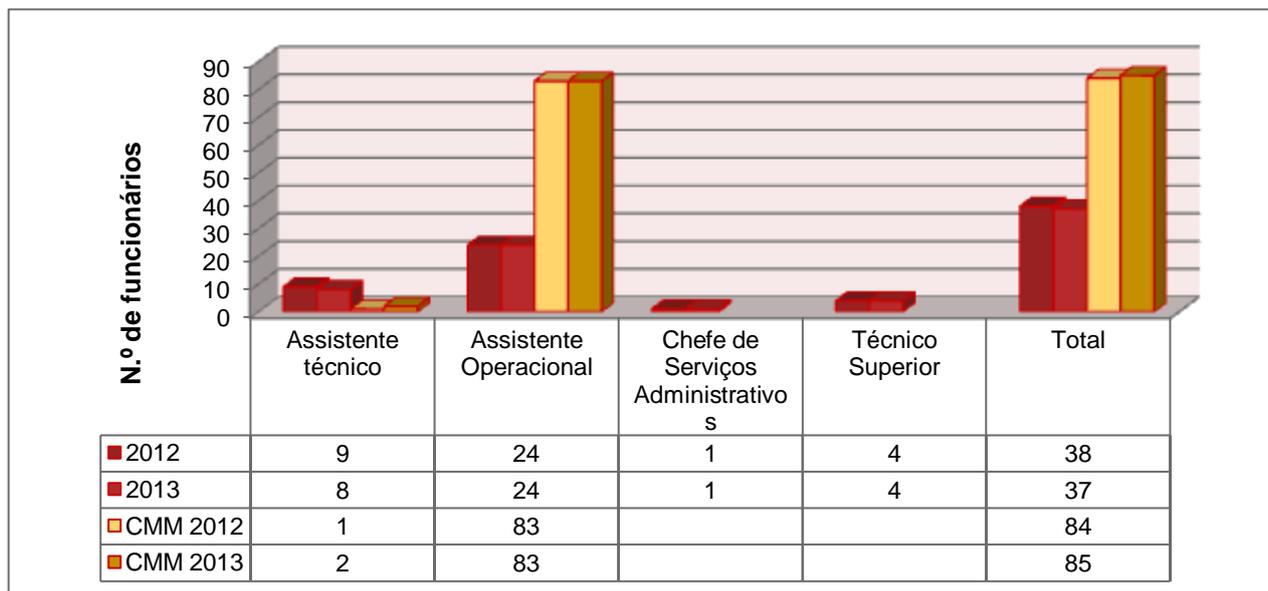


Gráfico 8 – Número de não docentes por categoria



No Quadro 5 evidencia-se a distribuição do pessoal docente, de acordo com a idade e o tempo de serviço, nos dois anos em análise. O agrupamento possuía um quadro docente mais jovem em 2012: 45,5% dos docentes tinha idade inferior a 40 anos, baixando para 40% em 2013. Neste ano, a diminuição do pessoal docente correspondeu ao aumento das suas idades. A percentagem de docentes com idades entre os 40 e os 60 anos passou

de 51,1% (em 2012) para 63,8% (em 2013). Paralelamente ao aumento da idade também se verifica um aumento do n.º de professores com mais anos de serviço.

Quadro 5 – Idade e tempo de serviço do pessoal docente

Tempo de serviço

Idade	2012					2013						
	Até 4 anos	Entre 5 e 9 anos	Entre 10 e 19 anos	Entre 20 e 29 anos	30 ou mais anos	Total	Até 4 anos	Entre 5 e 9 anos	Entre 10 e 19 anos	Entre 20 e 29 anos	30 ou mais anos	Total
Menos de 30 anos	8	0	0	0	0	8	2	0	0	0	0	2
Entre 30 e 40 anos	11	30	72	1	0	114	2	13	67	0	0	82
Entre 40 e 50 anos	0	1	45	40	0	86	2	1	49	45	0	97
Entre 50 e 60 anos	2	0	5	36	8	51	1	0	4	37	14	56
Mais de 60 anos	0	1	0	6	2	9	0	0	0	2	1	3
Total	21	32	122	83	10	268	7	14	120	84	15	240

2. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS ESCOLARES DA AVALIAÇÃO INTERNA E AVALIAÇÃO EXTERNA

2.1. DEPARTAMENTO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR



Pontos Fortes

- Planificações mensais comuns e a partilha de materiais elaborados ou adquiridos pelos docentes
- Projetos comuns criados por grupos de trabalho do departamento:
 - Projeto referente à Componente de Apoio à Família (CAF) intitulado “Pequenas Pegadas Para um Planeta Melhor”
 - Projeto das ciências experimentais “Cientistas de Palmo e Meio” (foi criado um portfolio do projeto das ciências, e um glossário disponibilizados em sede de agrupamento).
- Criação de indicadores a partir de uma avaliação diagnóstica em sala de aula, identificação dos pontos fracos e criação de estratégias concertadas: criação do projeto “*Eu sou capaz*” em parceria com os pais e enc. de educação.
- Foram cumpridas na íntegra os objetivos traçados, dando resposta aos objetivos do Projeto Educativo do Agrupamento, bem como.
- Aprecia-se saber que os resultados obtidos nas avaliações de diagnóstico do 1º ano, realizadas no início deste ano letivo (2013/2014), foram muito positivas, tanto no Português como na Matemática, no que reporta a alunos, que frequentaram no ano letivo 2012/2013 a educação pré-escolar, sendo, a sua maioria, alunos do próprio agrupamento.

Pontos Fracos

- Dificuldades identificadas nos alunos: falta de autonomia, dificuldades no cumprimento de regras (problemas de comportamento), problemas na linguagem oral.

Estratégias de Melhoria

Continuar com os projetos já iniciados atendendo à avaliação realizada dos mesmos (salienta-se que os livros elaborados pelos docentes com a colaboração dos encarregados de educação, no âmbito do projeto “Eu sou Capaz”, estão publicados na página do agrupamento por estabelecimento de ensino e na 2.ª página do “Jornal o Poeta” http://issuu.com/aepjs/docs/jornal_opoeta_junho2013_print); bem como o trabalho colaborativo existente entre docentes, e entre estes e os encarregados de educação.

(Ver) - Relatório do Departamento Curricular da Educação Pré-Escolar

2.2 DEPARTAMENTO CURRICULAR DO 1.º CICLO

Os dados aqui apresentados resultam das seguintes análises:

- Resultados escolares dos alunos no final do ano/comparação com os resultados escolares do 1º Período letivo.
- Resultados dos testes intermédios de português – 2º ano.
- Resultados dos testes intermédios de matemática – 2º ano.
- Avaliação de matemática (prova final de ciclo e respetiva comparação com os resultados da avaliação interna nesta área).
- Avaliação de português (prova final de ciclo e respetiva comparação com os resultados da avaliação interna nesta área).

Avaliação do Projeto Alicerces

2º Ano

A partir da análise efetuada podemos concluir que os resultados de menor sucesso incidem na área de **Português e Matemática**, no **2.º ano** de escolaridade, como se pode ver a partir dos seguintes gráficos.

Gráfico 9

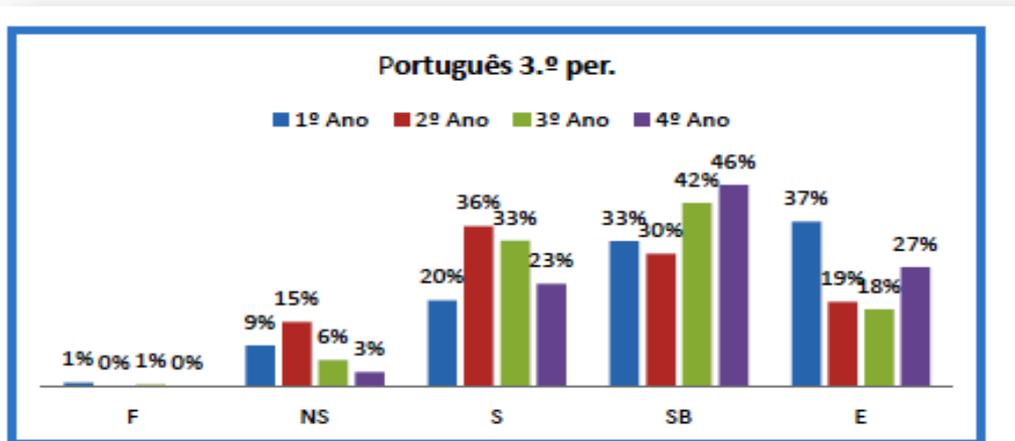
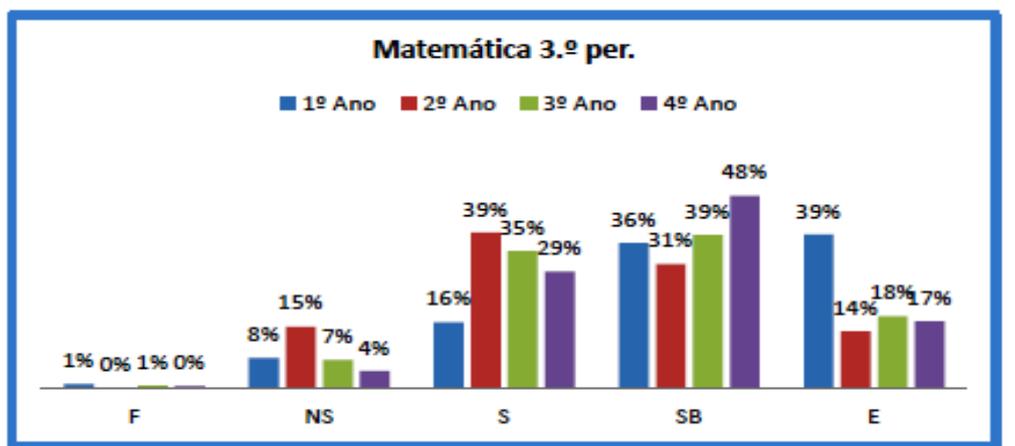


Gráfico 10



4.º Ano

- Resultados obtidos: 51% dos alunos do Agrupamento obteve uma classificação de nível três ou superior nas provas finais de ciclo, no ano letivo 2012/2013, na área de **Português**. Observando-se uma **discrepância de 2%** relativamente à classificação nacional que foi de 53%.
- De acordo com a análise comparada dos resultados das provas finais de ciclo de Português, por domínios/áreas temáticas, relativa ao ano letivo de 2012/2013, constata-se que o domínio de menor sucesso foi o da **leitura (compreensão leitora)**.
- No que respeita aos resultados obtidos nas provas finais de ciclo, no ano letivo 2012/2013, na área de **Matemática**, 65% dos alunos do agrupamento obteve uma classificação de nível três ou superior. Observando-se uma **discrepância de 3%**

relativamente à classificação nacional que foi de 68%.

- De acordo com a análise comparada dos resultados das provas finais de ciclo de Matemática, por domínios/áreas temáticas, relativa ao ano letivo de 2012/2013, constata-se que o domínio de menor sucesso foi o da **geometria e medida**. O sucesso global aumentou 24%, relativamente ao ano anterior.

Pontos Fortes

- Trabalho Colaborativo e abertura à mudança (presente na maioria dos docentes).
- Cumprimento de prazos pela maioria dos intervenientes.
- Bom clima de trabalho.
- Impacto positivo na evolução das aprendizagens.

Pontos Fracos

- Não aplicação do projeto em todas as escolas, logo no início do ano letivo, justificável por ser o primeiro ano de implementação.
- A dificuldade em conseguir cumprir todos os tempos de apoio educativo a prestar aos alunos com os recursos disponíveis, como consequência das substituições de curta duração.

Estratégias de Melhoria/Metas

(Integradas no Plano de Ação de 2013/2014)

- O projeto Alicerces encontra-se já reformulado para o biénio 2013/2015 (Continua a ter como áreas curriculares alvo - Português e Matemática e destina-se a todos os anos de escolaridade, sendo alvo de monitorização e avaliação permanentes).
- Aproximar a taxa de sucesso a 88%, no 2º ano; em 2012/2013 foi de 85,6%.
- Reforçar o apoio educativo no 1º e 2º ano de escolaridade.
- Reforçar no 1º período (2013/2014) o apoio aos alunos do 2º ano que ainda não dominam a leitura;
- Propor para os alunos do 1º ano uma avaliação intermédia (a acontecer na semana de 17 a 21 de fevereiro de 2014). (Essa avaliação irá incidir apenas no domínio da aquisição da leitura. A partir dessa data será reforçado o trabalho

com os alunos que não atingirem um patamar satisfatório a fim de os recuperar nesse domínio até ao final do ano letivo).

- Aproximar os resultados escolares da avaliação externa aos da avaliação interna, no 4º ano*.
- Reforçar ainda mais os apoios educativos a partir do 2.º período nas duas áreas.
- Reforçar o trabalho no âmbito do domínio da compreensão leitora, em Português quer com os alunos quer na formação dos docentes.
- Priorizar as substituições de docentes, de curta duração nas turmas de 2º e 4º ano.
- Distribuição curricular em horário igual para todas as turmas, a fim de facilitar a gestão do trabalho (continuação).
- Funcionamento dos ninhos de turma (baseados no Eixo 2 do Projeto Fénix) acontece à 3.ª feira – Português das 11h30min às 13h e à 5.ª feira – Matemática igualmente das 11h30min às 13h.
- Funcionamento dos ninhos de apoio educativo (baseados no Eixo 1 do Projeto Fénix), funciona durante todos os dias da semana sendo articulados os horários dos apoios educativos com os horários das turmas.
- Continuação da formação de professores com formadores internos.
- Continuação da realização dos Encontros Pedagógicos (sendo o próximo no dia 20 de dezembro de 2013, contando provavelmente com a participação e entidades externas).
- Divulgação do Projeto junto da Direção Geral de Educação.

* De acordo com a análise comparada dos resultados das provas finais de ciclo de Matemática, por domínios/áreas temáticas, relativa ao ano letivo de 2012/2013, constata-se que o domínio de menor sucesso foi o da **geometria e medida**. O sucesso global aumentou 24% relativamente ao ano anterior.

Quadro 6

Avaliação 2012/2013	Interna	Externa
Português	96%	51%
Matemática	94%	65%

(Ver) Relatório do Departamento Curricular do 1.º Ciclo

2.3 DEPARTAMENTO CURRICULAR DE LÍNGUAS

Quadro 7: Avaliação Interna – Português

	Português				
	3.ºP				METAS
	Taxa de sucesso (%)		Nível médio/média		Taxa de sucesso (%) 2012/2013
	CI (a)	CIF (b)	CI (a)	CIF (b)	
5.º ano	87,6		3,3		
6.º ano	73,8		3,0		
7.º ano	81,5		3,1		77,9
8.º ano	85,2		3,2		83,8
9.º ano	90,2		3,3		87,8
10.º ano	92,1		12,3		89,8
11.º ano	91,2		11,9		91,7
12.º ano	100	100	13,3	12,9	62,5

(a) – Classificação Interna; (b) – Classificação Interna Final

(Ver) Relatório do Departamento Curricular de Línguas

Comentário: Na avaliação interna o nível médio observado à disciplina de Português, nos diferentes anos de ensino assinalados, apresenta no 3.º período valores positivos no CI/CIF, observando-se que as taxas de sucesso se encontram ligeiramente acima das metas das taxas da UO (excetua-se o verificado no 11.ºano que se encontram ligeiramente abaixo, e no 12.ºano é de assinalar a diferença face às médias em termos de subida.

Quadro 8 – Avaliação externa – Português, 2.º e 3.º ciclos

Níveis	2.º ciclo		3.º ciclo		Metas
	N.º	%	N.º	%	
	190		117		
1	9	4,7	2	1,7	
2	80	42,1	63	53,9	
3	77	40,5	38	32,5	
4	22	11,6	13	11,1	
5	2	1,1	1	0,9	
Taxa de Sucesso	101	53,2	52	44,4	63,3

(Ver) Relatório do Departamento Curricular de Línguas

Comentário: Observa-se que, na avaliação externa, o 2.º ciclo apresenta, em Português, taxas de sucesso superiores às verificadas no 3.º ciclo e que, neste ciclo, a taxa de sucesso, na avaliação externa, é inferior às metas.

Quadro 9: Avaliação Externa – Português, ensino secundário

EXAMES	N.º de provas	CIF (classificação interna)	Classificação Exame	CFD (Classificação Final)	Diferença CIF - Exame	Diferença CIF - CFD	Coeficiente correlação CIF-Exame	% de positivas no exame	METAS 2012/2013 (% positivas)
1.ª Fase	66	12,9	11,5	12,6	1,4	0,3	0,51	74,24	66,30
2.ª Fase	13	12,7	8,2	11,6	4,5	1,1	0,53	46,15	66,30

(Ver) Relatório do Departamento Curricular de Línguas

Comentário: Observa-se que na 1.ª fase os resultados obtidos no exame apresentam valores próximos dos internos, sendo superiores à meta proposta para a U.O. Na 2.ª fase os resultados são mais baixos e inferiores à meta.

Quadro 10: Avaliação Interna - Inglês

	Inglês				
	3.ºP				METAS
	Taxa de sucesso (%)		Nível médio/média		Taxa de sucesso (%) 2012/2013
	CI (a)	CIF (b)	CI (a)	CIF (b)	
5.º ano	77,3		3,3		
6.º ano	76,0		3,2		
7.º ano	78,1		3,2		77,9
8.º ano	78,0		3,2		83,8
9.º ano	68,4		3		87,8
10.º ano	81,4		12,6		89,8
11.º ano	98,5	100	13,9	13,9	91,7
12.º ano	100		16,4		62,5

(a) – Classificação Interna; (b) – Classificação Interna Final

(Ver) Relatório do Departamento Curricular de Línguas

Comentário: Na avaliação interna o nível médio observado à disciplina de Inglês, nos diferentes anos de ensino assinalados (inclusive no 9.º ano por arredondamento), apresenta no 3.º período valores positivos no CI/CIF, observando-se que as taxas de sucesso se encontram próximas ou acima das metas propostas para a U.O., no 7.º, 11.º e 12.º ano. O 9.º ano apresenta uma taxa de sucesso mais baixa, afastando-se da meta proposta para a U.O. No ensino secundário o nível obtido à disciplina vai aumentando do 10.º para o 12.º ano.

Quadro 11: Avaliação Interna - Francês

	Francês		
	3.ºP		METAS
	Taxa de sucesso (%)	Nível médio	Taxa de sucesso (%) 2012/2013
7.º ano	98,1	3,9	77,9
8.º ano	100	3,6	83,8
9.º ano	100	4	87,8

(Ver) Relatório do Departamento Curricular de Línguas

Comentário: A disciplina de Francês apresenta taxas de sucesso elevadas e superiores às metas propostas para a U.O.

Quadro 12: Avaliação Interna - Espanhol

	Espanhol		
	3.ºP		METAS
	Taxa de sucesso (%)	Nível médio	Taxa de sucesso (%) 2012/2013
7.º ano	88,8	3,5	77,9
8.º ano	93,6	3,4	83,8
9.º ano	91,1	3,2	87,8

(Ver) Relatório do Departamento Curricular de Línguas

Comentário: A disciplina de Espanhol apresenta taxas de sucesso elevadas e superiores às metas propostas para a U.O.

Quadro 13: Avaliação Interna – História e Geografia de Portugal

	História e Geografia de Portugal	
	3.ºP	
	Taxa de sucesso (%)	Nível médio
5.º ano	84,44	3,36
6.º ano	86,88	3,43

Quadro 14: Avaliação Interna – História/História A

	História/História A				
	3.ºP				METAS
	Taxa de sucesso (%)		Nível médio/média		Taxa de sucesso (%) 2012/2013
	CI (a)	CIF (b)	CI	CIF	
7.º ano	81,5		3,2		77,9
8.º ano	86,8		3,4		83,8
9.º ano	86,5		3,4		87,8
10.º ano	71,4		10,8		89,8
11.º ano	94,4		12,9		91,7
12.º ano	92,9	100	12,1	12,3	62,5

(a) – Classificação Interna; (b) – Classificação Interna Final

(Ver) Relatório do Grupo Disciplinar de História

Comentário: Na avaliação interna o nível médio observado à disciplina de História, nos diferentes anos de ensino assinalados apresenta no 3.º período valores positivos no CI/CIF, observando-se que as taxas de sucesso se encontram próximas das metas da UO (excetua-se o verificado no 9.ºano que se encontram ligeiramente abaixo, e no 10.ºano).

Em História e Geografia de Portugal as taxas de sucessos já evidenciam a tendência positiva.

Quadro 15: Avaliação Interna – Geografia/Geografia A

	Geografia/Geografia A				
	3.ºP				METAS
	Taxa de sucesso (%)		Nível médio/média		Taxa de sucesso (%) 2012/2013
	CI (a)	CIF (b)	CI	CIF	
7.º ano	90,2		3,3		77,9
8.º ano	90,7		3,2		83,8
9.º ano	98,5		3,6		87,8
10.º ano	85,7		11,5		89,8
11.º ano	94,7	100	13,3	12,7	91,7

(a) – Classificação Interna; (b) – Classificação Interna Final

(Ver) Relatório do Grupo Disciplinar de Geografia

Comentário: Na avaliação interna o nível médio observado à disciplina de Geografia/Geografia A, nos diferentes anos de ensino assinalados, apresenta no 3.º período valores positivos no CI/CIF, observando-se que as taxas de sucesso se encontram acima das metas das taxas da UO (excetua-se o verificado no 10.º ano que se encontram ligeiramente abaixo).

Quadro 16: Avaliação Interna – Filosofia/Psicologia B

	Filosofia/Psicologia B				
	3.ºP				METAS
	Taxa de sucesso (%)		Nível médio/média		Taxa de sucesso (%) 2012/2013
	CI (a)	CIF (b)	CI	CIF	
10.º ano	90,5		12,7		89,8
11.º ano	83,8	100	12,6	13,3	91,7
12.º ano	100		15,7		62,5

(a) – Classificação Interna; (b) – Classificação Interna Final

(Ver) Relatório do Grupo Disciplinar de Filosofia

Comentário: Na avaliação interna o nível médio observado à disciplina de Filosofia nos diferentes anos de ensino assinalados, e Psicologia B no 12.º ano, apresenta no 3.º período valores positivos no CI/CIF, observando-se que as taxas de sucesso se encontram acima das metas das taxas da UO (embora ligeiramente no 10.º ano), excetua-se o verificado no 11.º ano no CI, que são inferiores.

Comparação entre a avaliação interna e a externa, nas disciplinas do Departamento

Quadro 17: Avaliação Externa

EXAMES		N.º de provas	CIF (classificação interna)	Classificação Exame	CFD (Classificação Final)	Diferença CIF - Exame	Diferença CIF - CFD	Coeficiente correlação CIF-Exame	% de positivas no exame	METAS 2012/2013 (% positivas)
1.ª FASE	História A	28	12,3	9,2	11,8	3,1	0,5	0,61	50	-
	Geografia A	18	12,8	9,5	12,2	3,3	0,7	0,62	50	-
	Filosofia	25	13	7,9	11,7	5,1	1,3	0,78	28	-
2.ª FASE	História A	12	11,4	9,5	10,9	1,9	0,5	0,63	50	-
	Geografia A	3	12	11	12	1	0	-0,16	100	-
	Filosofia	4	12	6,1	10,5	6	1,5	0,73	4,17	-

(ver) Relatório do Departamento Curricular de Ciências Sociais e Humanas

Comentário: Na 1.ª fase, História A é a disciplina com menor diferença entre a CIF (classificação interna de disciplina) e a CE (classificação de exame).

A disciplina de Geografia é a que apresenta melhores resultados na 2.ª fase de exames, com menor diferença entre a CIF e a CE, obtendo 100% de positivas no exame.

Filosofia é a disciplina que apresenta valores mais baixos nos exames da 1.ª e 2.ª fases. Nesta disciplina a diferença entre a CIF e a CFD é de 1,3 valores, tendo 24 alunos dos 25 alunos que realizaram a prova concluído com sucesso a disciplina de filosofia.

(Importa apresentar como a formação adicional que os alunos que realizam a prova de Filosofia não são coincidentes com os alunos da área de estudos das humanidades, verificando-se a tendência nos cursos de Humanidades, e em especial nos Cursos de Ciências e tecnologias, que são os alunos com classificações mais baixas inscritos a filosofia que realizam o exame).

2.5 DEPARTAMENTO CURRICULAR DE MATEMÁTICA E CIÊNCIAS EXPERIMENTAIS

Quadro 18: Avaliação Interna – Ciências Naturais/Biologia e Geologia/Biologia

	Ciências Naturais/Biologia e Geologia/Biologia				
	3.ºP				METAS
	Taxa de sucesso (%)		Nível médio/média		Taxa de sucesso (%) 2012/2013
	CI (a)	CIF (b)	CI	CIF	
5.º ano	82,2		3,2		
6.º ano	82,8		3,2		
7.º ano	85,4		3,2		77,9
8.º ano	88,5		3,2		83,8
9.º ano	94,0		3,3		87,8
10.º ano	83,8		12,3		89,8
11.º ano	82,7	96,2	12,9	11,9	91,7
12.º ano	100		16,3		62,5

(a)- Classificação Interna; (b) – Classificação Interna Final

(Ver) Departamento Curricular de Matemática e Ciências Experimentais

Comentário: Na avaliação interna, o nível médio observado às disciplinas de Ciências Naturais, Biologia e Geologia, e Biologia de 12.º ano, nos diferentes anos de ensino assinalados apresenta, no 3.º período, valores positivos no CI/CIF, observando-se que as taxas de sucesso se encontram acima das metas das taxas da UO (excetuando-se o 10.º ano e o CI de 11.ºano). Observa-se que o 12.º ano regista uma diferença significativa face à taxa de sucesso do CI/CIF interna e a da UO, seguindo a tendência das disciplinas de opção de 12.º ano.

Quadro 19: Avaliação Interna – Matemática/Matemática Aplicada às Ciências

	Matemática/MACS				
	3.ºP				METAS
	Taxa de sucesso (%)		Nível médio/média		Taxa de sucesso (%) 2012/2013
	CI (a)	CIF (b)	CI	CIF	
5.º ano	74,8		3,1		
6.º ano	58,4		2,9		
7.º ano	60,5		2,9		77,9
8.º ano	63,5		2,9		83,8
9.º ano	57,9		2,8		87,8
10.º ano	62,2		10,8		89,8
10.º ano MACs	72,4		10,9		
11.º ano	70,5		11,3		91,7
11.º ano MACs	93,3	100	11,5	11,8	
12.º ano	94,6	100	12,9	12,8	62,5

(a)- Classificação Interna; (b) – Classificação Interna Final

(Ver) Departamento Curricular de Matemática e Ciências Experimentais

Comentário: Na avaliação interna o nível médio observado à disciplina de Matemática, no 2.º e 3.º ciclos, apresenta no 3.º período valores inferiores a 3,00 no CI/CIF, (excetuando-se o 5.º ano). Observa-se que as taxas de sucesso no 3.º período se encontram abaixo das metas propostas para a UO (excetuando o 11.º e 12.º anos nas disciplinas de Matemática e MACS).

Quadro 20: Avaliação Interna – Ciências Físico-Química/Física e Química A/Física

	Ciências Físico-Química/Química e Física A/Física				
	3.ºP				METAS
	Taxa de sucesso (%)		Nível médio/médias		Taxa de sucesso (%) 2012/2013
	CI (a)	CIF (b)	CI	CIF	
7.º ano	77,1		3,1		77,9
8.º ano	74,6		3,0		83,8
9.º ano	79,0		3,1		87,8
10.º ano	77,1		11,5		89,8
11.º ano	76,9	98	11,8	12,4	91,7
12.º ano	100		16,3		62,5

(a)- Classificação Interna; (b) – Classificação Interna Final

(Ver) Departamento Curricular de Matemática e Ciências Experimentais

Comentário: Na avaliação interna o nível médio observado às disciplinas de Ciências Físico-Químicas, Física e Química A e Física de 12.ºano, nos anos de ensino assinalados, apresenta no 3.º período valores positivos no CI/CIF, (excetua-se o 8.º ano 0,02 abaixo). Observa-se que as taxas de sucesso se encontram abaixo das metas das taxas da UO (excetuando-se o 7.º ano que revela uma ligeira descida de 0,02). Observa-se que o 12.º ano regista uma diferença significativa face à taxa de sucesso do CI/CIF interna e a da UO, seguindo a tendência das disciplinas de opção de 12.º ano.

Quadro 21: Avaliação Interna - TIC

	TIC		
	3.ºP		METAS
	Taxa de sucesso (%)	Nível médio	Taxa de sucesso (%) 2012/2013
7.º ano	97,2	3,5	77,9
8.º ano	87,4	3,2	83,8
9.º ano	94,0	3,7	87,8

(Ver) Departamento Curricular de Matemática e Ciências Experimentais

Comentário: A taxa de sucesso no 3.º período, nos três anos de ensino, é superior às metas da UO.

Comparação entre a avaliação interna e a externa, nas disciplinas do Departamento

Quadro 22 – Avaliação Externa – Matemática, 2.º e 3.º ciclo

Níveis	2.º ciclo		3.º ciclo		
	N.º	%	N.º	%	Metas
	190		117		
1	41	21,6	14	11,9	
2	77	40,5	68	58,1	
3	47	24,7	25	21,4	
4	19	10,0	9	7,7	
5	6	3,2	1	0,9	
Taxa de Sucesso	72	37,9	35	29,9	34,7

Comentário: Observa-se que, na avaliação externa, o 2.º ciclo apresenta taxas de sucesso superiores às verificadas no 3.º ciclo e que, neste ciclo, a taxa de sucesso na avaliação externa é inferior às metas. Em ambos os ciclos, as taxas de sucesso observadas nas provas nacionais são baixas.

Quadro 23: Avaliação Externa – Ensino Secundário

EXAMES	N.º de provas	CIF (classificação interna)	Classificação Exame	CFD (Classificação Final)	Diferença CIF - Exame	Diferença CIF - CFD	Coeficiente correlação CIF-Exame	% de positivas no exame	METAS 2012/2013 (% positivas)	
		Valores médios (pontos)								(%)
1.ª FASE	Biologia/Geologia	44	12,1	6,6	10,9	5,6	1,3	0,78	20,45	-
	Física e Química A	42	12,7	6,1	11,3	6,6	1,4	0,86	11,9	-
	Matemática A	37	12,8	8,4	11,9	4,5	1	0,87	35,1	49,40
	MACS	4	12,8	8,5	11,8	4,3	1	0,97	50	-
2.ª FASE	Biologia/Geologia	29	12,1	7,5	11	4,6	1,1	0,82	27,59	-
	Física e Química A	29	12,6	7,4	11,3	5,1	1,3	0,74	27,59	-
	Matemática A	23	12,3	8,4	11,3	4	1	0,75	39,13	49,40
	MACS	2	10	6,5	9	3,5	1	0	0	-

(Ver) Departamento Curricular de Matemática e Ciências Experimentais

Comentário: Observa-se que a disciplina de Física e Química A apresenta resultados mais baixos no exame nacional, e onde a discrepância entre o CIF e a Classificação de Exame foi maior. A Matemática é a disciplina (tal como Macs), que apresenta melhores resultados comparativos, e onde a discrepância entre o CIF e a Classificação de Exame é menor.

2.6 DEPARTAMENTO CURRICULAR DE EXPRESSÕES

Quadro 24 – Avaliação Interna – Educação Física

	Educação Física				
	3.ºP				METAS
	Taxa de sucesso (%)		Nível médio		Taxa de sucesso (%) 2012/2013
	CI (a)	CIF (b)	CI	CIF	
5.º ano	99,1		3,7		
6.º ano	95,8		3,6		
7.º ano	94,3		3,4		77,9
8.º ano	98,4		3,4		83,8
9.º ano	93,4		3,3		87,8
10.º ano	90,3		13,9		89,8
11.º ano	100		15,3		91,7
12.º ano	100	100	16,1	15,2	62,5

a)- Classificação Interna; (b) – Classificação Interna Final

(Ver) Departamento Curricular de Expressões

Comentário: Observa-se nos diferentes anos de ensino assinalados um nível médio no 3.º período de valores positivos, com as taxas de sucesso acima das metas das taxas da UO. Observa-se ainda que o 12.º ano regista uma diferença significativa face à taxa de sucesso do CI/CIF interna e a da UO, seguindo a tendência das disciplinas de 12.º ano.

Quadro 25 – Avaliação Interna – Educação Musical

	Educação Musical	
	3.ºP	
	Taxa de sucesso (%)	Nível médio
5.º ano	96,4	3,8
6.º ano	92,9	3,8

(Ver) Departamento Curricular de Expressões

Comentário: A percentagem de sucesso no 3.º período é elevada nos dois anos de ensino, situando-se o nível médio em 3,8 para o 5.º e 6.º anos.

Quadro 26 – Avaliação Interna – Educação Visual

	Educação Visual		
	3.ºP		METAS
	Taxa de sucesso (%)	Nível médio	Taxa de sucesso (%) 2012/2013
5.º ano	86,5	3,4	
6.º ano	92,9	3,5	
7.º ano	92,4	3,4	77,9
8.º ano	88,0	3,2	83,8
9.º ano	95,7	3,4	87,8

(Ver) Departamento Curricular de Expressões

Comentário: Observa-se nos diferentes anos de ensino assinalados, um nível médio de valores positivos no 3.º período, com as taxas de sucesso acima das metas propostas para a UO.

Quadro 27 – Avaliação Interna - Educação Tecnológica

	Educação Tecnológica		
	3.ºP		METAS
	Taxa de sucesso (%)	Nível médio	Taxa de sucesso (%) 2012/2013
5.º ano	96,0	3,6	
6.º ano	91,1	3,5	
7.º ano	83,4	3,1	77,9
8.º ano	81,2	3,2	83,8

(Ver) Departamento Curricular de Expressões

Comentário: Observa-se nos diferentes anos de ensino assinalados, um nível médio de valores positivos no 3.º período, com as taxas de sucesso acima das metas propostas para a UO no 7.º ano. O 8.º ano apresenta uma taxa inferior à meta proposta para a UO.

3. RESULTADOS ESCOLARES

3.1 RESULTADOS ACADÉMICOS:

Evolução dos resultados internos e externos contextualizados no 2.º Ciclo, 3.ºCiclo e Ensino Secundário.

2.Ciclo: 6.º ano

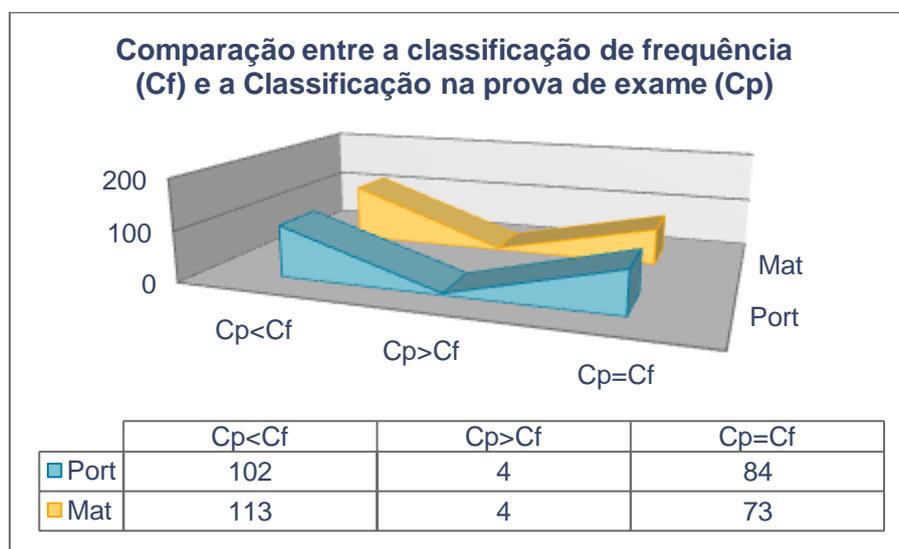
Quadro 28 – Comparação entre a Classificação de Frequência (Cf) e a Classificação na prova de exame (Cp), na disciplina de Português

		Cp					Total
		1	2	3	4	5	
Cf (Classificação de Frequência)	1	0	0	0	0	0	0
	2	5	23	1	0	0	29
	3	4	52	46	3	0	105
	4	0	5	29	13	0	47
	5	0	0	1	6	2	9
	Total	9	80	77	22	2	190

Quadro 29 – Comparação entre a Classificação de Frequência (Cf) e a Classificação na prova de exame (Cp), na disciplina de Matemática

		Cp					Total
		1	2	3	4	5	
Cf (Classificação de Frequência)	1	0	0	0	0	0	0
	2	29	31	1	0	0	61
	3	12	43	28	1	0	84
	4	0	3	17	10	2	32
	5	0	0	1	8	4	13
	Total	41	77	47	19	6	190

Gráfico11



Comentário: Os exames de 6.º ano registam 4 casos de classificação superior na prova face à registada em relação à classificação de frequência, e no que se refere a ambos os exames: Português e Matemática. Observa-se que 84 casos em Português e 73 casos em Matemática apresentam uma identificação entre classificação de frequência e de exame; 102 casos em Português e 113 em Matemática apresentam uma classificação de frequência superior.

3.º Ciclo: 9.º ano

Quadro 30 – Comparação entre a Classificação de Frequência (Cf) e a Classificação na prova de exame (Cp), na disciplina de Português

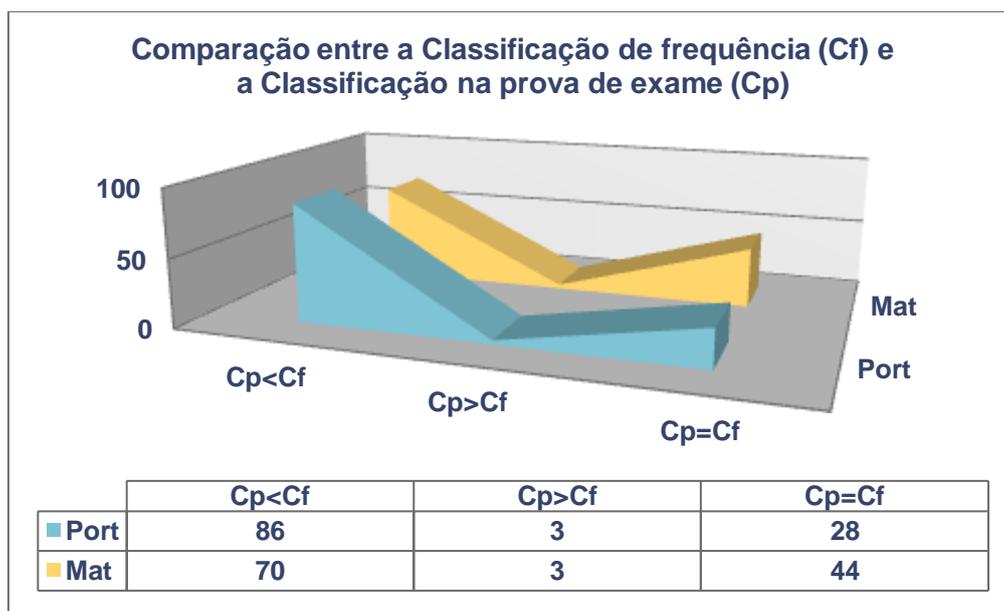
		Cp (Classificação da Prova de Exame)					Total
		1	2	3	4	5	
Cf (Classificação de Frequência)	1	0	0	0	0	0	0
	2	0	3	0	0	0	3
	3	2	55	17	2	1	77
	4	0	5	17	8	0	30
	5	0	0	4	3	0	7
	Total	2	63	38	13	1	117

Quadro 31 – Comparação entre a Classificação de Frequência (Cf) e a Classificação na prova de exame (Cp), na disciplina de Matemática

		Cp (Classificação da Prova de Exame)					Total
		1	2	3	4	5	
Cf (Classificação de Frequência)	1	0	0	0	0	0	0
	2	13	26	2	0	0	41
	3	1	39	11	1	0	52
	4	0	3	11	6	0	20
	5	0	0	1	2	1	4
	Total	14	68	25	9	1	117

 ALUNOS QUE REALIZARAM EXAME DE PLNM
 ALUNA NEE QUE REALIZOU EXAME A NÍVEL DE ESCOLA

Gráfico 12



Comentário: Os exames de 9.º ano registam 3 casos de classificação superior na prova face à registada em relação à classificação de frequência, e no que se refere a ambos os exames: Português e Matemática. Observa-se que 28 casos em Português e 44 casos em Matemática apresentam uma identificação entre classificação de frequência e de exame; 86 casos em Português e 70 em Matemática apresentam uma classificação de frequência superior.

Quadro 32 – Evolução das classificações (percentagem de níveis positivos) da Prova Final no 2.º e 3.º ciclo do ensino básico

Ciclo	Disciplina	Níveis positivos (%)	
		2012	2013
2.º Ciclo	Português	68,9	53,2
	Matemática	48,0	37,9
3.º Ciclo	Português	50,4	44,4
	Matemática	33,3	29,9

Comentário: As duas disciplinas, em ambos os ciclos, registaram, de 2012 para 2013, uma descida nas classificações obtidas nas provas de exame. Essa descida é maior no 2.º ciclo. Matemática é a disciplina em que a percentagem de alunos com nível positivo é mais baixa (37,2% no 2.º ciclo e 29,9% no 3.º ciclo)

Quadro 33 – Evolução dos resultados das provas finais do 2.º e 3.º ciclos (1.ª chamada) e comparação com os resultados nacionais (valores em percentagem)

Ciclo	Disciplina	2012		2013	
		Classificação média da prova	Resultados Nacionais	Classificação média da prova	Resultados Nacionais
2.º Ciclo	Português	56,3	59	48,2	52
	Matemática	47,7	54	41,3	49
3.º Ciclo	Português	47,3	54	46,1	48
	Matemática	40,7	54	38,0	44

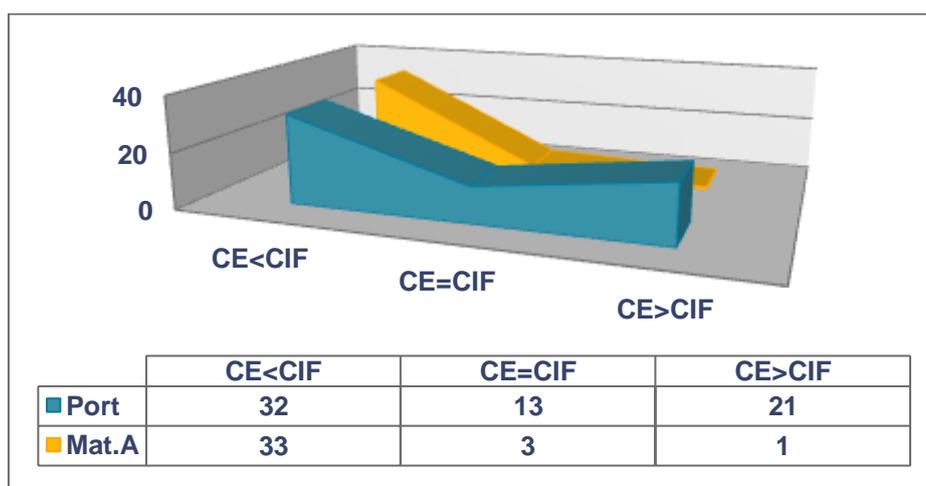
Os resultados médios obtidos pelos alunos internos nas provas finais do 2.º e 3.º ciclo são sempre inferiores aos obtidos a nível nacional e diminuem de 2012 para 2013 (acompanhando a tendência nacional).

Na 1.ª fase, Português é a disciplina que obtém melhores resultados, sendo a classificação média de 48,2% e 46,1% (respetivamente, 2.º e 3.º ciclo), tendo 53,2% e 44,4% dos alunos obtido nível igual ou superior a 3, respetivamente.

A disciplina de Matemática regista os resultados mais baixos, sendo a classificação média, no 3.º ciclo, de 38%, tendo 29,9% dos alunos obtido nível igual ou superior a 3.

Ensino Secundário

Gráfico13 - Comparação entre a Classificação Interna de Frequência (CIF) e a Classificação de exame (CE), nas disciplinas de Português e Matemática



Comentário: Os exames de 12º ano registam 21 casos de classificação superior no exame nacional face à classificação registada na classificação Interna de frequência à disciplina de Português e um caso a Matemática. Observa-se que 13 casos em

Português e 3 casos em Matemática apresentam uma identificação entre classificação interna de frequência e o exame nacional; 32 casos em Português e 33 em Matemática apresentam uma classificação interna de frequência superior.

Gráfico14 - Comparação entre a Classificação Interna de Frequência (CIF) e a Classificação de exame (CE), em todas as disciplinas sujeitas a exame (alunos internos) - 1.ª Fase

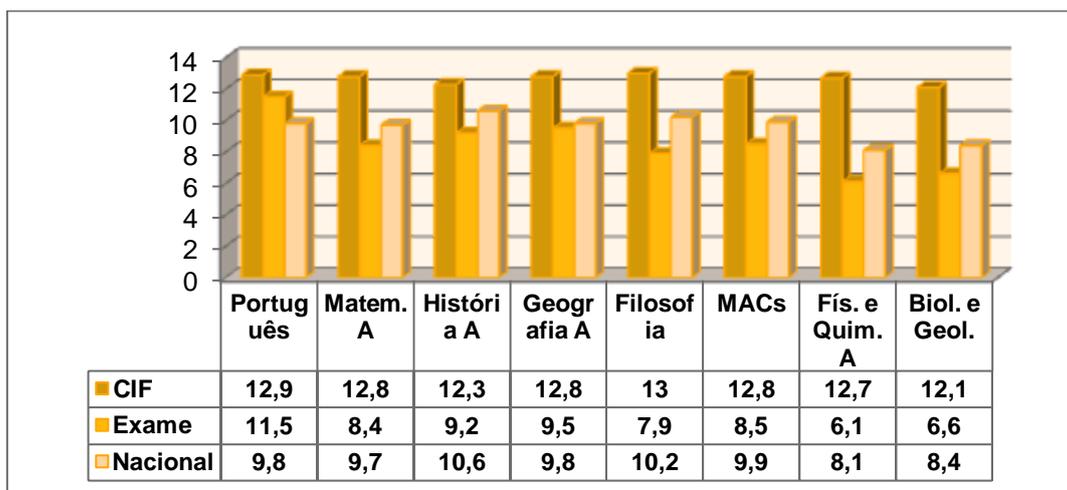
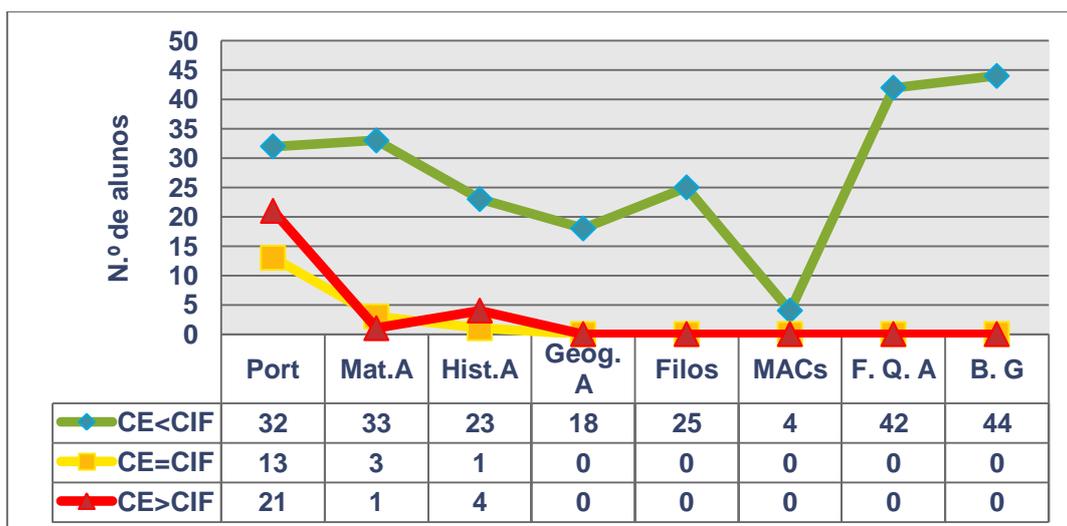


Gráfico15 - Comparação entre a Classificação Interna de Frequência (CIF) e a Classificação de exame (CE), em todas as disciplinas sujeitas a exame (alunos internos)- 1.ª Fase



Quadro 34 – Evolução das classificações médias dos alunos internos obtidas nos exames finais nacionais do ensino secundário – 1.ª Fase

Provas	2012		2013	
	Alunos internos		Alunos internos	
	ESPJS	Nacional	ESPJS	Nacional
Português	9,3	10,4	11,5	9,8
Filosofia	8,6	8,9	7,9	10,2
História A	10,9	11,8	9,2	10,6
Geografia A	10,3	10,7	9,5	9,8
Biologia e Geologia	8,7	9,8	6,6	8,4
Física e Química A	7,6	8,1	6,1	8,1
Matemática	9,8	10,4	8,4	9,7
MACS	-	-	8,5	9,9
Espanhol (iniciação)	11,1	13,4	-	-
Espanhol (continuação)	13,5	-	-	-

Fonte: GAVE e JNE

Comentário: Relativamente à evolução dos resultados verifica-se que Português é a única disciplina em que se verifica uma melhoria, passando de 9,3 valores (em 2012) para 11,5 (em 2013), acima dos valores obtidos a nível nacional. Todas as restantes disciplinas apresentam piores resultados em 2013, acompanhando a tendência nacional.

Quadro 35 – Evolução das classificações médias dos alunos internos obtidas nos exames finais nacionais do ensino secundário – 2.ª Fase

Provas	2012		2013	
	Alunos internos		Alunos internos	
	ESPJS	Nacional	ESPJS	Nacional
Português	9,1	10,6	8,2	9,7
Filosofia	10,6	9,0	6,1	9,2
História A	10,4	10,0	9,5	9,3
Geografia A	9,0	10,5	11,0	10,0
Biologia e Geologia	6,5	7,9	7,5	8,7
Física e Química A	7,0	7,8	7,4	9,2
Matemática	9,3	9,7	8,4	9,5
MACS	-	-	6,5	7,0
Espanhol (iniciação)	11,1	11,5	-	-
Espanhol (continuação)	13,5	-	-	-

Fonte: GAVE e JNE

Comentário: Os resultados da 2.ª fase apresentam, em regra, resultados inferiores aos observados na 1.ª fase, com exceção das disciplinas Geografia A, Biologia e Geologia e Física e Química A. Note-se que a 2.ª fase foi, pela primeira vez em 2012, destinada apenas aos alunos que não obtiveram aprovação na 1.ª fase, ou que pretendessem obter melhoria de classificação em exames realizados na 1.ª fase.

3.1.1 QUALIDADE DO SUCESSO: TAXAS DE SUCESSO E ABANDONO/DESISTÊNCIA

Taxas de Sucesso

A taxa de sucesso refere-se à proporção entre os alunos com aproveitamento e o número de alunos avaliados (excluem-se os alunos transferidos e que anularam a matrícula). Inclui a taxa de transição (anos não terminais de cada ciclo) e a taxa de conclusão (anos terminais de cada ciclo ou tipo de ensino). A opção por esta metodologia de cálculo e de definição do indicador deve-se à necessidade de comparar dados nos dois anos letivos e é a mencionada na plataforma MISI. Os valores referentes ao ensino profissional foram retificados pela Direção.

O quadro 36 mostra a taxa de sucesso, tendo como referência a verificada no ano letivo 2011/2012, as taxas de sucesso nacionais e as metas propostas para o Agrupamento (UO).

A análise à tabela evidencia uma variação das taxas de sucesso em sintonia com as verificadas a nível nacional, isto é, globalmente, as taxas de sucesso baixaram de 2011/2012 para 2012/2013.

Quadro 36: Taxas de Sucesso

Ciclo/ano		2011/2012			2012/2013		
		Taxa de sucesso da UO	Taxa de sucesso Nacional	Meta da UO	Taxa de sucesso da UO	Taxa de sucesso Nacional	Meta da UO
1.º ciclo	1.º ano	100,0	100,0	100,0	99,6	100,0	100,0
	2.º ano	88,3	91,0	89,0	85,6	89,5	90,5
	3.º ano	97,2	96,0	95,5	93,6	94,4	96,5
	4.º ano	98,7	95,1	97,5	96,8	95,2	98,0
2.º ciclo	5.º ano	92,9	90,1	-	84,5	89,2	-
	6.º ano	87,4	86,3	-	71,9	83,8	-
3.º ciclo	7.º ano	80,3	82,1	76,0	81,4	82,7	77,9
	8.º ano	76,5	86,9	82,2	85,6	85,5	83,8
	9.º ano	84,9	82,4	87,2	83,7	81,2	87,8
Ens. Sec. Reg.	10.º ano	82,8	84,5	89,7	76,4	83,4	89,8
	11.º ano	93,3	86,9	91,6	80,8	86,1	91,7
	12.º ano	66,7	65,0	60,5	66,2	63,2	62,5
Ens. Sec. Prof.	1.º ano	85,7	97,5	-	79,6	98,1	-
	2.º ano	98,0	99,1		97,2	99,3	
	3.º ano	55,3	64,7		74	61,9	
PIEF		77,8	77,9	-	73,7	90,1	-
CEF	T2	67,9	89,2	-	67,2	86,5	-
	T3	68,4	92,3	-	84,2	90,3	-

Primeiro Ciclo:

Comentário: O primeiro ciclo evidencia taxas de sucesso elevadas, nomeadamente, superiores a 85%. Contudo, no último ano letivo, verificou-se, com exceção do 1.º e 4.º ano, uma diminuição, ficando abaixo das metas propostas para a UO. A diminuição do sucesso acompanha a tendência nacional.

Segundo Ciclo:

Comentário: Verificou-se que a taxa de sucesso desceu no último ano letivo, ficando, sobretudo no 6.º ano (que diminui 15,5%), abaixo dos valores obtidos a nível nacional. A diminuição do sucesso acompanha a tendência nacional.

Terceiro Ciclo (Ensino Regular):

Comentário: Neste ciclo verifica-se, globalmente, uma subida das taxas de sucesso, com valores próximos aos obtidos a nível nacional e superiores às metas estabelecidas para a UO. As taxas de sucesso são elevadas e acima dos 81%.

Ensino Básico (CEF E PIEF):

Comentário: Em ambos os cursos verifica-se que, na U.O., as taxas apresentadas nos dois anos são globalmente mais baixas que as nacionais. Nos cursos PIEF a taxa diminui em 2012/2013, enquanto nos cursos CEF Tipo 2 (T2) se mantém; contudo, no CEF tipo 2 verifica-se um aumento de 15,8% no último ano, mas ainda assim, abaixo do valor nacional.

Ensino Secundário (Ensino Regular):

Comentário: As taxas de sucesso desceram no ensino secundário na comparação dos dois anos, sendo de registar uma maior descida no décimo primeiro ano. Quer no décimo, quer no décimo primeiro anos, as taxas de sucesso no agrupamento, neste último ano, estão abaixo das verificadas quer a nível nacional, quer das estabelecidas na UO. O décimo segundo ano permite observar o contrário: as taxas são superiores quer à UO, quer à média nacional.

Ensino Secundário (Ensino Profissional):

Comentário: O ensino secundário profissional regista taxas de sucesso elevadas, embora a taxa de conclusão (3.º ano) seja baixa. No ano letivo 2012/2013 verificou-se uma melhoria na taxa de conclusão que ficou acima do valor nacional. Nos restantes anos as taxas da U.O. são inferiores às nacionais.

Quadro 37 - Comparação do número alunos a quem foi atribuído Mérito Escolar, por ciclo de ensino

Ciclo/Ano	2011/2012	2012/2013
1.º Ciclo	15	14
5.º ano	19	17
6.º ano	14	14
7.º ano	4	12
8.º ano	10	5
9.º ano	6	7
10.º ano	0	0
11.º ano	2	0
12.º ano	0	2
N.º Total de alunos de Mérito Escolar	70	71

Comentário: O reconhecimento do mérito escolar está contemplado no Regulamento Interno do Agrupamento. Observa-se uma tendência para a manutenção do número de alunos de mérito.

Taxa de Abandono Escolar

Comentário: Considera-se a taxa de abandono escolar como a proporção de alunos que abandonaram a escola, num dado ano de escolaridade (anularam a matrícula ou foram excluídos por faltas), tomando como referência o total de alunos matriculados nesse ano (excluídos os alunos transferidos).

O Quadro 38 mostra a taxa de abandono escolar, tendo como referência a verificada no ano letivo 2011/2012 e as metas da unidade orgânica.

Quadro 38: Taxa de abandono escolar

Ciclo/ano		2011/2012		2012/2013	
		N.º de alunos que abandonaram	Taxa de abandono (%)	N.º de alunos que abandonaram	Taxa de abandono (%)
1.º ciclo		0	0,00	0	0,00
2.º Ciclo	5.º Ano	1	0,47	10	4,18
	6.º Ano	0	0,00	6	2,60
3.º Ciclo	7.º Ano	0	0,00	9	4,09
	8.º Ano	0	0,00	5	2,67
	9.º Ano	0	0,00	4	2,84
PIEF		1	2,17	10	26,32
CEF	T2	13	23,21	21	33,87
	T3	4	21,05	6	27,27
Ens. Sec Reg	10.º Ano	5	5,56	6	8,00
	11.º Ano	3	3,85	9	10,71
	12.º Ano	9	11,11	4	5,41
Ens. Sec. C. Profis.	1.º Ano	18	34,62	11	18,64
	2.º Ano	0	0,00	5	12,20
	3.º Ano	0	0,00	1	1,96

Metas para as taxas de abandono na UO	2011/2012	2012/2013
Aos 14 anos	2,5%	2%
Aos 15 anos	8%	6%
Aos 16 anos	8%	7%

Comentário: A análise à tabela evidencia um aumento substancial da taxa global de desistência de 2011/2012 para 2012/2013, (afastando-se significativamente das metas traçadas para o agrupamento /UO). Apenas contraria esta tendência o 1.º ciclo (que se mantém nos 0%), o 12.º ano (que passa de 11,11% para 5,41%), o 1.º ano dos cursos profissionais (que passa de 34,62% para 18,64%). Os anos onde a taxa de desistência apresenta maiores valores correspondem ao 1.º ano de cada ciclo (5.º ano – 4,18%; 7.º ano – 4,09%; 10.º ano – 8,0%).

Tomando, em 2012/2013, como referência as metas propostas para a UO e as médias de idade das turmas (Gráfico 2), constata-se ser nos cursos PIEF e CEF aqueles onde as taxas se afastam muito das metas propostas, com diferenças percentuais superiores a 20%. O 1.º e 2.º ano dos Cursos Profissionais registam, igualmente valores elevados de desistência.

Considerando que os alunos, no 9.º ano, têm idades compreendidas entre os 14 e os 15 anos, a taxa de desistência apresentada (2,84%) não se afasta muito da meta proposta para o

agrupamento (entre 2% e 6%). Aplicando a mesma análise ao 10.º ano do ensino regular constata-se que a taxa de desistência é superior à meta proposta em 1% e 2%.

3.2 RESULTADOS SOCIAIS

3.2.1 PARTICIPAÇÃO NA VIDA DA ESCOLA, ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADES, E CUMPRIMENTO DE REGRAS DISCIPLINA/INDISCIPLINA

Quadro 39: Total de Ocorrências por escola e Ano de Escolaridade no 1.º, 2.º e 3.º Períodos

Escola Secundária Poeta Joaquim Serra (ESPJS)

	1º P	2º P	3º P	Total
7.º	9	25	33	67
8.º	7	10	19	36
9.º	12	15	17	44
10.º	23	14	15	52
11.º	3	10	0	13
12.º	1	0	0	1
Total	55	74	84	213

Escola Básica Integrada Esteval (EBI Esteval)

	1º P	2º P	3º P	Total
1º Ciclo	1	0	0	1
5.º	59	110	71	240
6.º	48	53	68	169
7.º	7	5	0	12
8.º	17	8	4	29
9.º	5	1	0	6
Total	137	177	143	457

Comentário: No que concerne aos períodos em análise durante o ano letivo 2012/2013, verificou-se um maior número de ocorrências na EBI Esteval (457) que na ESPJS (213). Na ESPJS, o maior número de ocorrências verifica-se no 3.º ciclo enquanto na EBI Esteval ocorre no 2.º ciclo. Observou-se ao longo do ano letivo, que o número total de participações em cada período foi aumentando, na ESPJS, acontecendo o mesmo no 2.º ciclo da EBI Esteval. Nesta escola, e para os restantes ciclos de ensino, esse número foi diminuindo.

Quadro 40: Número de ocorrências por Escola e Ano de Escolaridade
Escola Secundária Poeta Joaquim Serra (ESPJS) Escola Básica Integrada Esteval (EBI Esteval)

	Total de Ocorrências		Total de Ocorrências
7.º	67	1.º Ciclo	1
8.º	36	5.º	243
9.º	44	6.º	169
10.º	52	7.º	12
11.º	13	8.º	29
12.º	1	9.º	6
TOTAL	213	TOTAL	460

Comentário: Durante o ano letivo 2012/2013, o número de ocorrências foi diminuindo com o aumento do ano de escolaridade, em ambas as escolas.

O 2.º ciclo regista um número de ocorrências elevado e superior aos restantes níveis.

Quadro 41: Motivos que Originam as Participações por Escola e Ano de Escolaridade - 3º Período

Escola Secundária Poeta Joaquim Serra

	Impertinência e Desobediência	Ofensa Verbal	Furto	Destruição de material e Equipamento	Agressão Física	Outras Situações	TOTAL
7.º	21	3	0	0	3	6	33
8.º	9	2	0	8	0	2	21
9.º	11	2	0	0	4	1	18
10.º	4	2	0	0	0	9	15
11.º	0	0	0	0	0	0	0
12.º	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	45	9	0	8	7	18	87

Escola Básica Integrada do Esteval (EBI Esteval)

	Impertinência e Desobediência	Ofensa Verbal	Furto	Destruição de material e Equipamento	Agressão Física	Outras Situações	TOTAL
1.º ciclo	0	0	0	0	0	0	0
5.º	40	17	4	0	19	9	89
6.º	40	15	2	1	9	1	68
7.º	0	0	0	0	0	0	0
8.º	1	1	0	0	0	3	5
9.º	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	81	33	6	1	28	13	162

Comentário: O maior número de ocorrências verificou-se na Escola Básica Integrada do Esteval (162), sendo a impertinência e desobediência o principal motivo em ambas as escolas. A ofensa verbal e agressão física são motivos com expressão na EBI Esteval (respetivamente 33 e 28 ocorrências), diminuindo na ESPJS. No entanto observa-se que ao nível do 3.º ciclo, a ESPJS apresenta para todos os motivos, exceto o furto, maior número de ocorrências. É no 2.º ciclo que se verifica o maior número de ocorrências, em todos os campos.

Quadro 42: Motivos que Originam as Participações por Escola e Ano de Escolaridade

	Impertinência e Desobediência	Ofensa Verbal	Furto	Destruição de material e Equipamento	Agressão Física	Outras Situações	TOTAL
ESPJS	136	23	0	11	16	58	244
EBI Esteval	222	72	2	3	38	25	362 *
TOTAL	358	95	2	14	54	83	606

* Este valor refere-se unicamente às ocorrências em contexto de sala de aula, não tendo sido possível, de acordo com os dados disponíveis, apurar as ocorrências dentro/fora do recinto escolar.

Comentário: Os dados globais referentes ao ano letivo confirmam o que já se tinha verificado no 3.º período em ambas as escolas.

Quadro 43: Número de processos disciplinares e dias de suspensão das atividades escolares resultante da aplicação de penas no ano letivo 2012-2013

Ano	Número de dias de suspensão												N.º PD
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
5.º			3	1	1	2		1					8
6.º			1		1			2				1	5
7.º(CEF)				2	1	2		1					6
8.º	2	1	1	1									5
TOTAIS	2	1	5	4	3	4	-	4	-	-	-	1	24

Comentário: Durante o ano ocorreram 24 processos disciplinares para 23 alunos, sendo a maioria na Escola Básica Integrada do Esteval.

Quadro 44: Dias de suspensão das atividades escolares aplicados sem Processo Disciplinar, durante o ano letivo 2012/2013

n.º de dias Ano	1	2	3	TOTAIS
5.º		1	2	3
6.º			6	6
7.º(CEF)		1		1
7.º		1	1	2
8.º	1			1
9.º(CEF)	-	2		2
9.º	2	1		3
10.º	4	2	2	8
11.º	1			1
TOTAIS	8	8	11	27

Comentário: Dos 26 alunos alvo de Medidas Disciplinares, resultaram 27 dias de suspensão, sendo o 6.º e 10.º ano os que registaram um maior número de dias.

Para além desta medida, a Direção aplicou tarefas e atividades de integração na escola, a 4 alunos: 1 aluno do 7.º ano, 2 do 9.º e 1 do 10.º.

Quadro 45: Comparação das penalizações aplicadas pela Direção nos anos letivos 2011/2012 e 2012/2013

	2011/2012	2012/2013
Com Processo Disciplinar (PD)		
N.º de alunos alvo	24	23
N.º total de processos disciplinares	29	24
N.º máximo de dias de suspensão	10 (correspondentes a 3 PD)	12 (correspondente a 1 PD)
N.º mínimo de dias de suspensão	2 (correspondentes a 4 processos disciplinares)	1 (correspondente a 2 processos disciplinares)
N.º de dias de suspensão mais frequente	3 (correspondentes a 11 PD)	3 (correspondentes a 5 PD) 4, 6 e 8 (correspondentes a 4 PD cada um)
Sem Processo Disciplinar (PD)		
N.º de alunos alvo	8	26
N.º máximo de dias de suspensão	1 (para cada um dos alunos)	3 (para 11 alunos)
Tarefas e atividades de integração na Escola	1 Aluno	4 Alunos
Termos de Repreensão Registada	5 Alunos	-

Comentário: Observa-se que, embora não tenha ocorrido grande variação no número de alunos com processo disciplinar, a gravidade das penalizações aumentou.

Observa-se também que o número de alunos que foram sujeitos a penalizações diretas, pela Direção (sem que tivesse ocorrido processo disciplinar), aumentou no ano letivo 2012/2013, com 26 alunos.

Quadro 46 - Comparação do número de ocorrências por anos letivos: 2010/2011, 2011/2012, 2012/2013

Escola Secundária Poeta Joaquim Serra			
	Ano letivo 2010/2011	Ano letivo 2011/2012	Ano letivo 2012/2013
Total de Ocorrências	329	309	326
Escola Básica Integrada do Esteval			
	Ano letivo 2010/2011	Ano letivo 2011/2012	Ano letivo 2012/2013
Total de Ocorrências	145	403	508
Escola Secundária Poeta Joaquim Serra Escola Básica Integrada do Esteval			
	Ano letivo 2011/2012	Ano letivo 2012/2013	
Total de Ocorrências	712	834	

Comentário: No que diz respeito aos dados da Escola Secundária Poeta Joaquim Serra, conclui-se que, no ano letivo de 2011/2012, relativamente ao ano letivo 2010/2011, o número de ocorrências diminuiu. No ano letivo 2012/2013, comparativamente ao ano letivo 2011/2012, verificou-se um aumento do número de ocorrências, tendo-se aproximado dos valores do ano letivo 2010/2011.

Relativamente à Escola Básica Integrada do Esteval, conclui-se que, no ano letivo de 2011/2012, relativamente ao ano letivo 2010/2011, o número de ocorrências aumentou substancialmente, tendo-se mantido esta tendência, quando comparamos os dados do ano letivo 2012/2013, relativamente aos do ano letivo 2011/2012, o que poder-se-á justificar, com o aumento substancial da população escolar.

Quadro 47 - Comparação do número alunos a quem foi atribuído Mérito Social, por ciclo de ensino

Ciclo de ensino	2011/2012	2012/2013
1.º Ciclo	1	1
2.º Ciclo	0	0
3.º Ciclo	2	0
Ensino Secundário	1	0

3.2.2 SOLIDARIEDADE, PREVENÇÃO DE COMPORTAMENTOS DISRUPTIVOS E FORMAÇÃO

Para além do domínio da disciplina, o GIC ao longo do ano, fez intervenções de âmbito social. De entre as várias atividades, destacam-se:

Voluntariado	Sessões de Formação destinadas a discentes, e pessoal docente e não docente		Projeto Educação para a Saúde
Recolha de bens alimentares e de roupa	Comemoração do Dia Internacional de Luta contra a SIDA	Sessões: “Comunicar em Segurança”,	Comemoração do dia de Afetos
Distribuição de 237 Cabazes de Natal	Sessões sobre a Higiene Oral	Sessões sobre violência no namoro	Iniciativas realizadas no âmbito dos Conselhos de turma, dos diferentes anos e ciclos relativas à <i>Sexualidade e afetos</i>
Partilha de manuais	Sessões sobre Tabagismo	Sessões com a Escola Segura	
	Sessões: formação no âmbito da diabetes e epilepsia		

A Escola para além da sua valência académica, e da sua natural vocação para o ensino e aprendizagem, é igualmente um local solidário sensível às necessidades do meio em que se insere. Os atos solidários possibilitam igualmente que centenas de alunos possam ter sucesso escolar, nomeadamente, através da iniciativa que permitiu que centenas de alunos pudessem ter o manual escolar. Importa realçar que esta iniciativa foi muito bem aceite por parte dos pais / encarregados de educação, face ao grande número de manuais depositados voluntariamente, o que nem sempre correspondia ao número de manuais recebidos por quem doava. Intimamente ligado ao espírito de partilha estão as ações de voluntariado.

Outro sector de intervenção do GIC foi a formação a partir da qual se procurou, através da informação partilhada de carácter social, promover e fomentar a prática de comportamentos assertivos e de segurança, conducentes a hábitos de vida saudáveis, sendo de realçar as ações citadas no quadro anterior. As ações de formação enunciadas, de carácter eminentemente formativo, e direcionadas para a prevenção face ao risco de crianças e adolescentes, resultaram de um diagnóstico de necessidades ao nível da população escolar do Agrupamento, o que esteve na origem do nível elevado de adesão verificado.

Ainda na intervenção em contexto de sala de aula, e recinto escolar, salienta-se a formação no âmbito da diabetes e da epilepsia, as quais ao visarem a comunidade educativa, permitiu a aquisição de competências facilitadoras de resposta adequadas às situações ocorridas.

Salienta-se ainda, as iniciativas levadas a cabo no âmbito do Projeto de Educação para a Saúde, direcionadas para a sexualidade e para as comemorações do Dia dos Afetos. Este âmbito de intervenção teve como elementos estruturantes a promoção de hábitos de vida saudável, a autoestima, o respeito mútuo, para além do convívio são e a camaradagem entre toda a comunidade escolar. Esta atividade teve grande impacto na projeção da imagem do Agrupamento no seio da comunidade educativa, para além de ter tido uma avaliação muito positiva pelos membros da mesma, dada a envolvimento de todos.

Segundo a equipa que constitui o Gabinete de Inclusão e Cidadania – GIC, esta estrutura, reconhecida pela comunidade educativa, parte de necessidades sentidas pela mesma, procurando construir respostas conjuntamente com os seus parceiros, contribuindo para a afirmação do sucesso educativo através da inclusão e promoção da disciplina, para além de apoiar e desenvolver abordagens diversificadas a alunos que evidenciam necessidades de orientação, e acompanhamento individualizado com vista ao seu sucesso escolar e integração.

Considerando que as atividades foram direcionadas para grupos específicos de acordo com as problemáticas que evidenciaram, interessa referir que o grau de eficácia atingido é decorrente do facto da equipa que o compõe, integrar elementos de vários grupos disciplinares, o que permite construir um objetivo comum a partir de uma pluralidade de abordagens/perspetivas.

Sendo a prevenção, resolução e mediação conflitos o campo em que reconhecidamente se torna essencial a intervenção gabinete é de realçar a célere intervenção na resolução de conflitos e comportamentos disruptivos manifestados, mostrando-se capaz de articular com docentes envolvidos, as famílias e entidades competentes.

Os membros da comunidade educativa, nos contributos que deram para a avaliação do GIC, são unânimes em considerar que o sucesso desta estrutura passa também pela motivação e empenho dos profissionais que aí desenvolvem o seu trabalho, fomentando o trabalho de equipa multivariada, e com espírito de pertença e de integração no Agrupamento.

4. PROPOSTA DE DOCUMENTOS ORIENTADORES

4.1 FICHA DE AÇÃO DE MELHORIA

FICHA DE AÇÃO DE MELHORIA	
Designação da Ação de Melhoria:	
Data de Início:	
Data da Conclusão:	
Estrutura de Orientação Educativa (Grupo Disciplinar, Departamento Curricular, Gabinete de Inclusão...):	
Coordenador:	Recursos humanos envolvidos:
Destinatários:	
Resposta ao(s) Objetivo(s) Estratégico(s) do PEA:	
Resposta ao(s) Objetivo(s) Operacional(ais) do PEA:	
Descrição da Ação de Melhoria (relação entre o existente e o pretendido):	
Objectivo(s) da Ação de Melhoria:	
Atividades a realizar:	
Resultado(s) a alcançar:	
Identificação dos Factores críticos de sucesso (factores existentes que influenciam positivamente o desempenho esperado/vantagens):	
Constrangimentos:	
Revisão e avaliação da Ação (mecanismos e datas):	

(Adaptado da estrutura de *relatório do plano de melhoria* in <http://www.caf.dgaep.gov.pt/index.cfm?objid=d2fe38b7-9356-4147-b151-246fcfae17ca>)

4.2 ESTRUTURA DO RELATÓRIO FINAL

Nota: Estrutura proposta para o relatório final de autoavaliação a desenvolver pelas diferentes estruturas de orientação educativa

Relatório Final de Autoavaliação	
Pontos	Conteúdos
Introdução	Explicação dos objetivos do relatório e apresentação da estrutura adotada no documento.
Enquadramento	Apresentação das evidências (fontes/dados), dos intervenientes, e da metodologia adotada.
Resultados da autoavaliação (divisão em subpontos)	<ul style="list-style-type: none">- Identificação do grau de concretização do plano de ação ao nível das iniciativas propostas.- Identificação dos resultados obtidos/metas atingidas ao nível da implementação do plano de ação proposto pela estrutura educativa.- Análise dos resultados da avaliação interna (sumativa, provas intermédias...).- Identificação do ponto de situação dos planos de melhoria.- Apresentação dos pontos fracos, fortes e estratégias de melhoria (relativos ao próximo ano letivo)
Anexos	<ul style="list-style-type: none">- Elaboração de planos de melhoria.- Resultados da aplicação de questionários (grau de satisfação....)

(Adaptado da estrutura de *relatório final* in <http://www.caf.dgaep.gov.pt/index.cfm?objid=d2fe38b7-9356-4147-b151-246fcfae17ca>)

Anexos